Vasco Pulido Valente

Moderados e Radicais na I República: da Conciliação ao Terror

(Outubro de 1910-Agosto de 1911)

1. O traço de união de um governo dividido: a oposição às pretensões tutelares da Carbonária.

Os homens que haviam sido promovidos a Governo Provisório da República representavam várias tendências dentro do P. R. P. [1], tinham opiniões diferentes sobre o que devia ser o novo regime e nem sequer especialmente se estimavam. O Governo Provisório não era um ministério no sentido usual da palavra, isto é, não era formado por um grupo de pessoas com ideias comuns ou, pelo menos, um programa comum. O presidente — o filósofo, historiador, crítico e sociólogo Teófilo Braga — não passava de uma nulidade política, ali posta com propósitos puramente decorativos. Como se esperava, nada fez para dirigir ou coordenar as actividades dos ministros. Em vez disso, ocupou-se a passear pelas ruas a sua modéstia escolástica e o seu democrático guarda-chuva. Quando abria a boca, os homens sérios tremiam: ou porque anunciava o advento da República «positivista»; ou porque exaltava desavergonhadamente as virtudes da raça de *élite* lusitana; ou porque incitava os espanhóis à «revolução social».

Escolhidos mais pelo que os separava do que pelo que os unia, os ministros não tardaram a entrar em violento conflito. Pior do que isso, mesmo nas questões mais essenciais, agiram independentemente, sem o consentimento geral e até sem consulta prévia. No entanto, em Outubro de 1910, todos concordaram na urgente necessidade de afirmar o poder do Estado contra a Carbonária. Machado Santos queria que a «Sociedade» [2] continuasse activa como supremo guia das autoridades do Estado e do Partido. Conforme ingenuamente se dava ao trabalho de explicar, os carbonários não eram republicanos vulgares, eram «alguma coisa mais»: eram os «fundadores da República» e, nessa dúbia qualidade, achavam-se no direito e no dever de velar pelos ideais revolucionários. Contudo, o Governo Provisório não podia reconhecer estas simpáticas pretensões sob

[1] Partido Republicano Português.
[2] A Carbonária Portuguesa.

pena de se tornar um mero instrumento da Carbonária Portuguesa. Sem surpresa, apressou-se pelo contrário a manifestar a cordata opinião de que a «Sociedade» devia ser dissolvida quanto antes. Nas clarividentes palavras do *Mundo*, «os heróis do campo de batalha», «os heróis entusiásticos, ébrios de ideal e sequiosos de liberdade» tinham agora de ceder lugar aos «heróis do pensamento» que «não se arrebatavam», ou seja, de se submeter — e já não era sem tempo — aos dirigentes do Partido, que tão generosamente se haviam deixado pôr em S. Bento.

Ao princípio, os notáveis do P. R. P. pensaram em comprar Machado Santos e o resto da Alta Venda [3] com empregos, promoções, prestígio, se não mesmo com coisas menos subtis como pensões vitalícias e dinheiro. Um ministro especialmente optimista chegou até a oferecer a Machado Santos o governo de Moçâmedes. Porém, nem ele, nem a maioria dos chefes da Carbonária mostraram particular propensão para o suicídio político e foi preciso descobrir métodos mais eficazes para os liquidar.

Por sorte, só o Governo Provisório estava em posição de recompensar os militantes da «Sociedade» e, como toda a gente que de perto ou de longe participara no movimento republicano, os carbonários queriam empregos. O frenesim colectivo era tal que as comissões paroquiais de Lisboa vieram pedir humildemente nos jornais aos bandos de pretendentes que por favor deixassem os senhores ministros trabalhar. Brito Camacho, por exemplo, queixava-se amargamente das alcateias de aspirantes a funcionários públicos que o perseguiam pelas ruas. Nem no café, parece, o largavam. Ora, sem posição oficial, Machado Santos apenas podia transmitir os pedidos dos carbonários aos ministros competentes e juntar a sua voz ao coro geral dos suplicantes.

O G. P. [4] e o Directório [5] perceberam imediatamente a oportunidade que isso lhes abria. Embora não negassem que os «heróis de Outubro» mereciam o prémio dos seus longos «serviços» e santos «sacrifícios», terminantemente se recusaram a aceitar as recomendações da Alta Venda como as únicas ou sequer as mais seguras credenciais de «heroísmo». Assim, não tardou que Lisboa sofresse a inesperada invasão de hordas de «heróis». «Comissões revolucionárias» improvisadas, cujo papel na revolução fora pouco importante, obscuro, se não imaginário, começaram aplicadamente a passar certificados de «heroísmo». A imprensa publicava carta após carta atestando as proezas, a bravura e a dedicação de ilustres desconhecidos, que exigiam e frequentemente recebiam provas palpáveis da gratidão da Pátria. O número dos que se declararam presentes na Rotunda na crítica manhã de 4 de Outubro cresceu com tanta rapidez que, em Novembro, já se dizia que, se essas abnegadas revelações não parassem depressa, ainda se acabaria por descobrir que Lisboa inteira lá estivera, excepto talvez Machado Santos.

Além disso, ao passo que todos os dias se descobriam novos «heróis», os jornais esforçavam-se por minimizar o papel da Carbonária na revolução.

---

[3] Dotada de uma organização hierárquica semelhante em certos aspectos à da Maçonaria, a Carbonária Portuguesa englobava células que, por ordem crescente de importância, eram designadas por «choças», «barracas» e «vendas».

[4] Governo Provisório.

[5] Directório do Partido Republicano Português.

O Mundo, que não se distinguia pelo sentido de humor, não hesitou em lançar uma campanha contra Machado Santos, destinada a provar que ele só ficara na Rotunda porque um «modesto» sargento lhe pusera uma pistola ao peito. No entanto, enquanto Machado Santos sofria esta espécie de insultos ineptos, porque convinha pôr em evidência o papel do Exército em Outubro, os oficiais revolucionários, Palla e Sá Cardoso à frente, de cuja fuga não restavam dúvidas, e alguns dos outros que gloriosamente se haviam abstido do menor gesto suspeito, eram regular e abundantemente festejados em discursos e jantares, com textos e menus publicados nos jornais. Num esforço para obscurecer o facto de que nenhum dos dirigentes «respeitáveis» do Partido tomara parte no levantamento. *O Mundo* pretendeu promover Afonso Costa a herói. Em Novembro, abriu uma subscrição pública para comprar o *coupé* em que o «bem amado» chefe tentara fugir para os subúrbios. Sem saber quem lá ia dentro, uma patrulha da Carbonária matara um dos cavalos do *coupé* e esta luta terrível, comparável aos mais audaciosos feitos da Carbonária Portuguesa, pareceu ao *Mundo* largamente suficiente para tornar o *coupé* 44 num «carro histórico», digno de ser preservado para comovida contemplação dos vindouros.

Ao princípio, a maioria dos carbonários não levou a sério as hordas de heróis que subitamente haviam irrompido das trevas. Mas à medida que o Governo Provisório deu mostras de acreditar nas mais fantásticas histórias e, pior ainda, começou a recompensar gente que pouco ou nada contribuíra para a revolução, a atitude geral depressa mudou. Os militantes da «Sociedade» perceberam que a Alta Venda não tinha qualquer influência no Estado e também eles entraram entusiasticamente no leilão dos empregos com uma ostentatória exibição das suas façanhas. Como é óbvio, isto acabou com a secrecidade da organização e enfraqueceu a autoridade dos chefes. Em breve, manter relações demasiado íntimas com a Alta Venda se revelou uma desvantagem na corrida às secretarias, embora a qualidade de carbonário conservasse um certo peso. O Governo, na verdade, atendia com desvelo paternal os pedidos individuais e punha na lista negra todos os inocentes que se apresentavam com a comprometedora recomendação da Carbonária Portuguesa. Em Janeiro de 1911, Machado Santos prevenia que o simples facto de ele apoiar uma pretensão bastava para provocar o Governo a recusá-la.

A indisciplina, que estes métodos inevitavelmente estabeleceram, abriu as portas da Carbonária a um grande número de novos recrutas, a que Machado Santos chamava com desprezo «revolucionários póstumos». Em vão os veteranos se opuseram a um processo que a curto prazo significava a dissolução da «Sociedade» nas massas republicanas de Lisboa. O Governo e o Directório fizeram o possível por encorajar a invasão e logo encontraram um precioso aliado na pessoa de Luz de Almeida. Luz acabara de regressar do exílio, não tinha combatido em Outubro e estava, portanto, ansioso por demonstrar a sua dedicação à República de uma maneira convenientemente estrondosa. Ainda nominalmente chefe supremo da C. P., aceitou «revolucionários póstumos» aos milhares e levou-os para a província «republicanizar» o «bom povo» e caçar conspiradores.

A política de Luz não só dividiu a Carbonária como desvalorizou e confundiu a qualidade de carbonário. Em Dezembro, um carbonário já não era necessariamente um homem que conspirara durante a Monarquia

e entrara no 3 de Outubro [6] (no 5 toda a gente entrara). Em Janeiro, já não queria sequer dizer que o orgulhoso portador do nome fora membro da C. P. original. Com efeito, perante a tolerância das autoridades, haviam surgido por todos os bairros de Lisboa dúzias de organizações supostamente «revolucionárias». Existiam, entre outros, o Grupo de Acção Revolucionária, o Grupo Fraternal «República Portuguesa», os Guerrilheiros da República, o Grupo «Pátria», o Grupo Revolucionário 31 de Janeiro, o Grupo de Vigilância Social, várias Comissões de Vigilância, os Grupos Mão Negra e Cruz Negra e até uma associação denominada com significativa brevidade «Um Grupo de Republicanos». Todos os elementos destes bandos «patrióticos» a si mesmos se chamavam carbonários. Depressa o público deixou de distinguir os velhos e autênticos militantes da C. P. dos «palermas» que, nas furiosas palavras de Machado Santos, se passeavam nas ruas de «punhal e pistola à cinta, a fingir que eram revolucionários e carbonários, vexando toda a gente, alegando serviços que não tinham prestado, para fazerem jus à gorjeta ministerial».

Naturalmente, o cidadão médio passou a considerar a Carbonária autora e responsável dos contínuos distúrbios da Lisboa republicana e nem sequer acreditou, senão para se horrorizar, nas apregoadas aspirações da «Sociedade» a guardiã da tradição revolucionária e directora espiritual do governo.

Em Fevereiro de 1911, a C. P. não apenas desaparecera como poder real da cena política, mas fora substituída como organização popular do movimento por uma emanação do Partido, os batalhões de voluntários. Os batalhões começaram a ser formados em Dezembro de 1910 com o propósito confesso de defender a República dos «inimigos de dentro» e o objectivo implícito de concorrer com a Carbonária. Regra geral, delegados do P. R. P. investigavam previamente o passado dos candidatos a voluntários e só os aceitavam se o achassem «limpo de mácula». Este são sistema assegurava a fidelidade dos recrutas ao regime e, principalmente, o domínio do Partido sobre os batalhões. Em Lisboa existiam 26 batalhões incorporados numa federação (mais 4 nos subúrbios) e 11 batalhões independentes, que incluíam um de ciclistas, um de cavalaria e até uma bateria de artilharia. O número de voluntários em cada unidade ia de 100 (no caso do batalhão da Amora, por exemplo) a 1020 no batalhão independente «4 de Outubro». A unidade média andava à roda de 250 membros, mas o batalhão «Cândido dos Reis», o de Campo de Ourique e o de Santos tinham 500 e o da Sé 600. Ao todo, em meados de 1911, devia haver em Lisboa cerca de 7000 *voluntários*. Os batalhões da província eram geralmente mais pequenos. Em parte, porque em certos sítios competiam com organizações similares. O Porto, por exemplo, dispunha de uma polícia dita «cívica», composta por paisanos de cartão e braçadeira.

Os voluntários traziam sempre consigo um distintivo e um bilhete de identidade e, quando estavam de serviço, usavam uniforme. Aos domingos

[6] Foi na noite de 3 para 4 de Outubro que a revolução começou, com as insurreições vitoriosas desencadeadas pelos carbonários nos quartéis de Infantaria 16, de Artilharia 1 e dos Marinheiros, os levantamentos bem sucedidos nos cruzadores «Adamastor» e «São Rafael» e a ocupação do Depósito de Beirolas. Mas estes sucessos eram muito inferiores aos previstos no plano das operações revolucionárias. Por este motivo, Cândido dos Reis, comandante-em-chefe das forças revoltosas, considerava-se vencido por volta da 1 hora da madrugada de 4 de Outubro.

de manhã recebiam instrução militar nos quartéis da capital, ministrada por oficiais ou sargentos revolucionários. Em Fevereiro, já mantinham armas nas respectivas sedes, onde às noites de semana se davam lições de leitura, ginástica, enfermagem, música, matemática e francês, seguidas ou precedidas de sessões de propaganda política. Os batalhões depressa se tornaram a organização preferida dos militantes republicanos, a quem ofereciam privilégios, autoridade, prestígio e consideração pública. Inteligentemente, o governo concedeu-lhes um estatuto semi-oficial. Os voluntários eram convidados para as festas «nacionais» (1 de Dezembro, 31 de Janeiro, 10 de Junho), dirigiam as manifestações pró-regime e durante todo o ano de 1911 defenderam a República com a maior lealdade e devoção. A Carbonária continuou sobretudo na província, onde na Primavera e no Verão de 1911 procedeu a grandes caçadas às bruxas, sob o comando de Luz de Almeida. Em Lisboa, dissolveu-se rapidamente perante a imbatível concorrência dos batalhões. Machado Santos e uma dúzia de antigos «mestres», amargurados e desiludidos, transformaram-se nos piores e mais decididos inimigos da República legal. Não tardariam cinco anos que não começassem a conspirar com a nata da oficialidade monárquica.

2. O conflito acerca da natureza do novo regime: os moderados e os radicais (jacobinos)

No entanto, excepto pelo que dizia respeito à necessidade de se desembaraçar da Carbonária e de fortalecer o seu poder colectivo, o Governo Provisório não tinha objectivos comuns. O conflito essencial era naturalmente sobre a natureza do novo regime. Três ministros — António José de Almeida (Interior), Brito Camacho (Fomento) e José Relvas (Finanças) — queriam uma república liberal, ordeira e respeitável. Nas palavras de João de Meneses, viam a revolução como «a ascensão política e económica da classe média», isto é, dos membros das profissões liberais, dos oficiais do exército e funcionários públicos de segundo plano, dos negociantes, industriais e proprietários médios. Não alimentavam a mais leve intenção de serem governados por ou de governarem com os donos de oficinas, lojistas, caixeiros e empregados de escritório que dominavam o aparelho do Partido e, por maioria de razão, desprezavam paternalmente o «povo» que os pusera no Terreiro do Paço. Os outros três ministros — Afonso Costa (Justiça e Cultos), Correia Barreto (Guerra) e, mais tarde, o antigo chefe dos moderados, Bernardino Machado (Estrangeiros) — que pretendiam falar pelos militantes, advogavam uma República igualitária e «democrática». E se não chegavam ao extremo de recomendar que se nomeassem os fervorosos merceeiros republicanos para deputados, ministros ou embaixadores, acreditavam que, em última instância, as massas urbanas deviam conservar a iniciativa política, mesmo com sacrifício da ordem e da liberdade.

O primeiro sintoma desta inconciliável oposição foi a querela sobre os empregos públicos, que começou logo em Outubro de 1910. A questão consistia em saber quem havia de ser mantido, despedido ou colocado em cargos oficiais. Dois critérios principais acabaram por emergir da apaixonada polémica que o problema inevitavelmente provocou. Os moderados propunham que a regra fosse a competência profissional, enquanto que os radicais preferiam a lealdade política. Tanto uns como outros professavam um virtuoso desejo de «limpar» a administração pública dos «abusos mo-

nárquicos», mas este doce dever era interpretado de maneiras diferentes. Para Camacho, por exemplo, significava libertar o funcionalismo de parasitas e incompetentes (não forçosamente de monárquicos), sem os substituir por novos parasitas e incompetentes «pintados de vermelho e verde». Como sempre melodramático, António José de Almeida avisou que «ninguém contasse com ele» para despedir gente «só por causa do seu passado político» e anunciou com orgulho que lá no ministério não existiam «serviços de devassa» ou sequer «uma caixa de denúncias». Pior ainda, para grande surpresa das massas que o «idolatravam», saiu-se a dizer que qualquer pessoa podia ser um «bom servidor» do Estado: não só «os que se tinham batido pela República», mas também «os que não se tinham batido» e até «os que se tinham batido contra ela». Aos «heróis», deu o útil conselho de se considerarem pagos com «a imortalidade». Os radicais, porém, tomavam a posição oposta. Para Alexandre Braga, por exemplo, a «pacificação e concórdia» do país dependiam de um extenso programa de «depuração» do Estado. O asseio era também uma causa particularmente cara ao coração do *Mundo*, que não parava de recomendar, exigir e aplaudir «necessárias limpezas» e de lamentar que fossem sempre tão poucas. *A República Portuguesa*, órgão dos activistas da esquerda jacobina, seguia-lhe o exemplo e chegou mesmo a publicar listas de nomes com esta lacónica ameaça: «Esperamos a demissão dos seguintes funcionários». Quanto a nomeações, Camacho e António José de Almeida planeavam pôr «os homens competentes nos lugares que lhes competiam», enquanto que os radicais pretendiam que o pessoal do regime fosse exclusivamente composto por gente de «insofismáveis sentimentos democráticos».

Esta disputa aparentemente sem importância reflectia, contudo, um desacordo estratégico fundamental. Os moderados não passavam de uma pequena minoria de «notáveis» urbanos que nunca poderiam governar o país sozinhos. Como não dispunham do apoio da base do Partido, nem o procuravam, só conseguiriam vencer os radicais, meter na ordem os chamados «incontroláveis» e duravelmente conquistar o poder, se ganhassem a simpatia e a confiança das classes médias, até ali católicas e monárquicas. O obstáculo essencial a uma tal manobra residia evidentemente na falta de credenciais republicanas da maioria dos aliados presumíveis. Assim, a defesa da competência profissional como qualificação suficiente para se ocupar cargos oficiais de responsabilidade indicava não primariamente o desejo de administrar o Estado com eficiência e economia — embora isso também constituísse uma consideração — mas uma tentativa para neutralizar o passado comprometedor da quase totalidade dos funcionários públicos, oficiais do Exército e membros das profissões liberais. Na verdade, se se aceitasse que a competência contava mais que o zelo político, abriam-se de par em par as portas do regime às máquinas partidárias e às redes de influência do rotativismo (ainda substancialmente de pé), que não tardariam a instalar-se na República de armas e bagagens.

Além disso, a regra da competência excluía automaticamente de todas as posições importantes os semi-analfabetos activistas do Partido, a quem qualquer bacharel de Coimbra, por reaccionário e insignificante que fosse, seria sempre preferido. As comissões paroquiais do Porto não deixaram de chamar a atenção para esta aparente anormalidade. Em Março de 1911, notavam com compreensível azedume que parecia não haver «mais alto título na República nascente» do que «haver passado anos de mocidade manjando iscas e arranhando guitarras à beira da sábia teta da Universi-

dade» e solenemente preveniam que tais princípios acabariam por entregar o destino do regime «a rancorosos monárquicos» em vez de o confiar a «republicanos de profunda fé». Também as comissões paroquiais de Lisboa votaram uma moção em que se protestava contra «a falsa, ilógica, anti-democrática e sofística [sic]» doutrina da competência, a que chamavam «um absurdo e uma censura ao povo» e diziam responsável por estar a a fazer da revolução uma «mentira». A triste situação dos militantes de base é bem ilustrada pelo caso Botto Machado. Solicitador de profissão e jornalista amador, Fernão Botto Machado servira o Partido dedicadamente durante muitos anos, quando, em 1911, foi nomeado provedor da Assistência Pública. Diligentemente, tentou preparar-se para as suas novas funções, encomendando, «no estrangeiro», «obras dos melhores tratadistas». Porém, de pouco lhe serviu o esforço. Vítima de uma caracteristicamente porca polémica sobre as suas qualificações, foi forçado a demitir-se.

Histórias deste género, que exibiam sem pudor nem prudência o predomínio dos «aristocratas da inteligência», depressa convenceram os militantes de base que, se o «aspecto das coisas» mudara, não tinham mudado os respectivos «fundamentos», nem a respectiva «alma». Com a franqueza do costume, *O Mundo* apontou às massas republicanas os verdadeiros inimigos. «Os que consideram o privilégio social como a chave da ordem, da liberdade e da justiça», avisou solenemente, «estão por natureza em guerra com a democracia».

Como na província, os conflitos latentes dentro do regime explodiram com a questão dos «adesivos». Logo que o Rei desapareceu no horizonte, praticamente todos os funcionários do Estado se descobriram irreprimíveis sentimentos «democráticos» e se precipitaram para os braços da República, com «espontâneos» protestos de lealdade e promessas de «indefectível» apoio. Muitos (como, por exemplo, duzentos e cinquenta oficiais do Exército e da Marinha colocados em Lisboa) foram mesmo ao extremo de se inscrever no Partido e de pagar beatamente as primeiras cotas. Além disso, um grande número de «notáveis» burgueses sem passado político ou só com um leve cadastro monárquico seguiram-lhes o exemplo. Os moderados assistiram com mal disfarçado deleite a estas miraculosas conversões e convidaram os novos crentes, subitamente promovidos a «cidadãos de conhecida honestidade», «homens honrados» ou «pessoas decentes enojadas com a política» (monárquica, claro está), a construir com eles um «Portugal melhor».

Os radicais, pelo contrário, não pouparam aos «adesivos» nem ataques, nem insultos, puseram sistemáticas dúvidas à respectiva sinceridade e exigiram que os seus serviços fossem liminarmente recusados. Como dizia Alexandre Braga, não queriam admitir monárquicos no Partido ou no Estado «em número, condições ou postos» em que pudessem tornar-se perigosos. Mais precisamente, insistiram que, a aceitar um ou outro no campo republicano, eles viessem para ser «mandados» e não para «mandar».

Com este objectivo em vista a imprensa radical lançou uma violenta campanha contra os conversos à nova fé oficial. Todos os dias, por exemplo, *O Mundo* manifestava inquietantes perplexidades. «É o sr. João Silva, recentemente nomeado Inspector das Águas, o mesmo João Silva que, em 1903, se apresentou como candidato regenerador por Aveiro?», perguntava França Borges com prometedora ferocidade. Ou mais laconicamente mas com não menos eficácia: «Será o sr. João Silva realmente o Silva que nós conhecemos?». Esta espécie de interrogações teóricas inspirava inevitavelmente as comissões paroquiais do Partido ou qualquer Carboná-

ria temporariamente desocupada a investigar o passado do funcionário suspeito e a levantar uma tempestade de virtude ofendida (a que *O Mundo* depois servia de eco obediente e solícito), se acontecia que para sua infelicidade o sr. Silva era de facto ele próprio.

De novo a intimidação conquistou um êxito parcial e produziu algumas demissões forçadas de obscuras personagens que defendiam pouco habilidosamente o seu pão, à custa de princípios que nunca tinham tido. Porém, o zelo inquisitorial dos radicais acabou por criar uma situação impossível. Na verdade, se alguém se recusava «a aderir» ao regime, não passava de um miserável «talassa», que persistia no erro depois da revelação; mas se aderia, tornava-se um não menos desprezível «adesivo», pai ou filho da hipocrisia, digno do «nojo» dos homens de bem e da perseguição dos seus ferverosos mastins. Como *O Dia* observava com mal contida fúria, os radicais pareciam querer um regime «para antigos sócios dos clubes republicanos».

Era isso evidentemente o que eles queriam. Não só porque não tinham outra maneira de dominar o Estado e o país, mas também porque pensavam — com certa razão — que a política de «porta aberta», proposta pelos moderados, começaria por reduzir os militantes urbanos à impotência e acabaria por destruir o regime. Não seria um punhado de notáveis republicanos, por muitas e fantásticas ilusões que alimentasse sobre o seu próprio valor e competência, que conseguiria resistir à tremenda pressão do sistema monárquico sobrevivente. À cabeça de uma coligação conservadora, as luminárias liberais do Partido não tardariam a ser removidas de cena, arrastando a República na sua queda.

Os radicais percebiam melhor as tristes realidades da situação do que os moderados. Mas no confuso começo de 1911 estavam reduzidos a bramir ameaças das austeras colunas do *Mundo* e a embaraçar o livre movimento dos seus inúmeros inimigos com estratagemas menores. Os ministros do Governo Provisório eram independentes e nada impedia Almeida, Camacho e Relvas de fazerem o que bem entendiam. Além disso, os ministérios que os moderados controlavam — Interior, Fomento e Finanças — tinham maior capacidade de emprego e, portanto, maior influência. Só António José de Almeida controlava a administração local, a justiça administrativa, a saúde, a assistência, a educação, a Guarda Republicana e a Polícia. Relvas comandava um exército de inspectores de finanças e a Guarda Fiscal. Camacho geria o chamado património do Estado e as obras públicas. Em contrapartida, o ministério da Justiça e, sobretudo, o dos Negócios Estrangeiros dispunham de muito poucos lugares; e o ministério do Exército, obrigado a, pelo menos, fingir que respeitava a regra da antiguidade, praticamente não existia para fins de prestação de favores e compra avulsa de políticos.

Camacho não mudou o pessoal do ministério do Fomento. Relvas fez o mesmo nas Finanças e até, segundo *O Mundo*, promoveu monárquicos «com cadastro» em vez de os despachar «para o Limoeiro». Porém, tanto Relvas como Camacho causaram apenas um transtorno remediável ao partido radical, enquanto que, pelo contrário, António José de Almeida abriu largas brechas no projecto de uma República jacobina. Na verdade, o «ídolo querido» das massas republicanas conservou a antiga administração monárquica por quase todo o país rural e apoiou invariavelmente os proprietários da terra e os grupos político-administrativos que os representavam, em detrimento dos «velhos e fiéis» militantes do P. R. P. Ao princípio,

estes últimos nem queriam acreditar no que viam: sobretudo porque António José de Almeida gozava de uma sólida reputação de extremista e muita gente o supunha ligado aos mais tenebrosos *bas-fonds* da Lisboa revolucionária. *A República Portuguesa, O Mundo* e *A Montanha,* foram inundados de cartas atónitas: «Sua Excelência o sr. Ministro do Interior não está bem informado...», escreviam os militantes com um respeito furibundo; ou «Deve haver um engano na nomeação de...»; ou, à medida que o tempo passava e a indignação crescia, «António José de Almeida com certeza que não sabe o que faz...».

Porém, depressa se tornou patente que o homem sabia. Em breve, a imprensa monárquica da província, agora *soit-disant* «independente», descobriu «a grandeza de alma do tribuno», e não poupou louvores à «generosidade» sem limites com que, segundo parece, tratava «os vencidos». Ele próprio se deu ares de serena sabedoria e tardiamente confessou ao público que «um verdadeiro estadista» não andava «ao sabor da multidão». Como seria de esperar, «a multidão» não levava estas coisas a bem. *O Zé,* por exemplo, publicou uma caricatura do «ídolo» de coroa, ceptro e manto e perguntou com venenosa doçura: «Vocês não acham o correligionário António José um nadinha mudado?».

Aproveitando a impopularidade de António José de Almeida, os radicais tentaram removê-lo do governo. Em meados de Dezembro, *O Mundo* começou a pedir com insistência que se reunisse o Congresso do Partido, a pretexto de que muitos membros do Directório haviam sido nomeados para cargos públicos e de que era, portanto, necessário preencher as vagas. Na realidade, porém, os radicais pretendiam desembaraçar-se de todo o Directório em exercício. Por um lado, porque em 5 de Outubro dera aos moderados a maioria no Governo Provisório (maioria que mais tarde reforçara ao escolher dois conservadores, Relvas e Camacho, para os lugares de Basílio Telles e António Luís Gomes). Por outro, porque o Directório, que era a suprema autoridade do país e a única fonte de legitimidade, não hesitava em intervir nas questões internas do governo a favor da ala moderada. Os radicais pediam um Congresso extraordinário do P. R. P. porque esperavam que da desilusão da base «histórica» com António José de Almeida resultasse um Directório a seu gosto. Se a operação tivesse êxito, não seria depois difícil modificar o Governo ou transformá-lo num simples executante das directivas do Partido: de qualquer modo os ministros conservadores ficariam paralisados.

A manobra era audaciosa mas prematura. Embora em desgraça temporária, tanto Almeida como os seus parceiros do Directório — o chefe da Alta Venda Malva do Valle e o «revolucionário» Eusébio Leão, por exemplo — gozavam ainda de um considerável prestígio. Assim, a tentativa de os pôr à margem foi geralmente interpretada como um esforço pouco subtil de arrivistas ambiciosos para se instalarem nos lugares de comando. Machado Santos e os combatentes de Outubro sentiram-se particularmente ofendidos com as pretensões da esquerda jacobina, que fizera a revolução em casa, se apoderara dela nos jornais e agora parecia querer tomar conta do regime, atropelando tudo e todos. Muitos, a começar pelo próprio «fundador da República», vieram para a rua manifestar a sua oposição aos radicais e «desagravar» António José de Almeida. Até as comissões do P. R. P. de Lisboa e do Porto, órgãos por excelência dos militantes, votaram contra a realização do Congresso. Em pouco tempo o grupo de Afonso Costa foi isolado e compelido a submeter-se.

O fracasso dos radicais deixou-os numa desesperada posição. Para que a República sobrevivesse ou fosse mais do que um *ersatz* de Monarquia, dominado pela velha «camarilha», precisava do apoio da pequena-burguesia urbana e das classes trabalhadoras. Nunca o regime poderia depender da província, sobre que exercia o mais precário poder, nem das classes médias de Lisboa e do Porto, que pelos seus interesses, ideologia e cultura se inclinariam fatalmente para os grupos dirigentes tradicionais. Os únicos leais e provados amigos da República continuavam a ser os militantes «históricos» das três ou quatro maiores cidades do país. Porém, mesmo nas mais optimistas estimativas, estes não excediam cem mil e pouco pesavam em termos económicos. Demais, cercados como estavam por poderosos inimigos só fariam sentir a sua força se se constituíssem num instrumento político capaz de intervenção permanente. Para isso não bastaria que as massas republicanas elegessem de quatro em quatro anos respeitáveis senhores deputados da classe média ou mesmo que uns tantos militantes simbólicos tomassem posições secundárias na administração central ou local. Era, pelo contrário, indispensável que a base jacobina retivesse (ou reivindicasse) a livre iniciativa política e conseguisse com eficácia controlar todos os níveis de governo. Ou, por outras palavras, os militantes do P. R. P., isto é, as comissões paroquiais e as organizações populares, dos batalhões de voluntários às dezenas de Carbonárias «póstumas» e às centenas de pequenos grupos informais de «vigilância» e «defesa», tinham de conservar ou adquirir um poder, se não equivalente, pelo menos independente da autoridade do Estado. De outro modo, a República como a compreendiam a base pequeno-burguesa e os dirigentes radicais, não tardaria a sucumbir ao ataque concertado dos seus inimigos conservadores.

No entanto, numa situação de normalidade política, o governo legal jamais aceitaria a existência de um poder autónomo, concorrente e hostil. Era mesmo de prever que não recuaria perante nada para o suprimir. Além disso, em 1911, os moderados não só dominavam as secções mais importantes do aparelho do Estado, mas estavam firmemente decididos a não abrir mão à mínima parcela das suas prerrogativas. Antes de tudo, queriam evitar que «a rua» reinasse e, portanto, esforçavam-se por concentrar a autoridade pública nos seus agentes estatais (o Governo, a administração, o judiciário, a polícia, a Guarda Republicana) e por retirar ao Partido e aos militantes o estatuto semi-oficial de que haviam gozado logo após o 5 de Outubro. Como dizia Bernardino Machado (ainda na sua fase conservadora), para os moderados, «a revolução da rua» terminara e a «revolução pela lei» ia felizmente começar.

António José de Almeida que, na intoxicação retórica de Outubro, desarmara a Polícia e prometera limpezas exemplares, em Dezembro, à socapa, devolveu-lhe as armas e um número considerável dos «esbirros» monárquicos que a dirigiam antes da revolução. Em vão, a base do Partido protestou. Formaram-se beneméritas «Sociedades para a Reforma da Polícia»; apresentaram-se abaixo-assinados roucos de indignação; fizeram-se manifestações, desfiles e comícios; enviaram-se prestantes comissões ao ministério do Interior para transmitir a quem de direito os sublevados sentimentos do povo. Porém, António José de Almeida ficou impávido. Em Janeiro, como se nada fosse, organizou a Guarda Nacional Republicana (ex-Municipal) com um efectivo de seis mil homens e manteve nos comandos médios oficiais monárquicos peritos em correr com a «canalha» da rua. Esta política de consolidação da autoridade estatal e dos aparelhos repres-

sivos, claramente mostrava que só coagidos os moderados tolerariam a actividade «espontânea» da base. Ou seja, que para a «livre iniciativa» das massas poder principiar as suas criadoras tarefas, era primeiro necessário encurralar o partido conservador numa posição táctica que o impedisse de usar a força contra os militantes.

Com esse fim em vista, os dirigentes radicais serviram a tradicional desculpa de que a salvação da Pátria e da República dependia da cooperação activa do povo. Porém, as palavras não bastavam. Sem dúvida que uma República jacobina não sobreviveria sem o permanente recurso à violência popular, mas também nenhum outro regime teria de enfrentar tantos inimigos e, assim, de recorrer a tão extremos meios para subsistir. A República pacífica e liberal, dominada pelas classes médias e regida pelos «talentos» do Partido, em que os moderados fingiam acreditar, ou, o que é pior, acreditavam mesmo, não apenas não precisava de se defender pela violência — não era compatível com ela. Deste modo para provocar e justificar a acção popular, os radicais lançaram-se à tarefa de radicalizar o regime. Com isto pretendiam alcançar dois objectivos: em primeiro lugar, ao pôr deliberadamente a República em perigo, esperavam unir o Partido em sua defesa (que, nas circunstâncias, seria também a defesa do jacobinismo); em segundo lugar, ao conduzir uma política radical do Governo Provisório, contavam comprometer nela os ministros moderados e dessa maneira prejudicar a constituição de um bloco conservador formado por monárquicos arrependidos e republicanos reformados.

3. A estratégia dos radicais: o significado da «questão religiosa» e a primeira vaga de violência popular

O arquitecto desta estratégia fora o mais lúcido, inteligente e arguto dos políticos do regime, o ministro da Justiça, Afonso Costa. Começou ele por firmar a sua reputação de «amigo do povo» e humilde servidor da base do Partido. De Outubro em diante, não deu o mais pequeno passo que não fosse cuidadosamente destinado a acariciar as susceptibilidades dos militantes. Desde logo, «limpou» o ministério da Justiça com propositada brutalidade («abençoada limpeza», comentou *O Mundo* em transe democrático). A seguir, conforme depois se gabou, não fez «uma nomeação» sem consultar as comissões paroquiais do P. R. P., tanto ao preencher as vagas de funcionários eventuais (como, por exemplo, juízes de paz), como ao recrutar o novo pessoal do Registo Civil. Além disso, em meados de Outubro, com o autêntico génio dramático de todos os grandes políticos, montou um brilhante golpe de auto-propaganda. Por sua ordem, «os ditadores» de 1908, ou seja, o governo João Franco, foram processados por «abuso de poder e violação da Constituição (monárquica)». Esta iniciativa, sem justificação legal possível, trouxe-lhe consideráveis benefícios. Por um lado, voltou a opinião conservadora, partidariamente neutra, não apenas contra os radicais, mas contra a República. Por outro, deliciou os militantes que acharam que a medida «para sempre explodira o mito» da «intangibilidade dos grandes». Mais tarde, quando a Relação de Lisboa despronunciou «os ditadores», Afonso Costa tornou a exibir o seu escasso respeito pela legalidade e o seu particular desamor pelos «peixes graúdos». Sem hesitar, tratou o incidente como se fosse uma revolta, os juízes como se fossem traidores e transferiu-os imediatamente para Goa.

A demagogia de Afonso Costa promoveu-o rapidamente a herói e símbolo das massas republicanas. Mas, para chegar aos seus fins, precisava ainda de transformar a aquiescência passiva da burguesia monárquica ao regime em oposição aberta e activa. Só assim conseguiria impedir a constituição de um partido moderado de centro, dividir a cena política em dois campos inconciliáveis de monárquicos e republicanos, assumir a chefia do Partido e dominar o país. Ora perseguir João Franco e transferir juízes não passavam de expedientes temporários, que se conseguiam irritar a gente dita respeitável, não provocavam ninguém a correr os riscos de uma luta frontal. Era, pois, necessário descobrir a maneira de criar um estado de guerra permanente entre as forças conservadoras e o regime. Afonso Costa encontrou-a na impropriamente chamada «questão religiosa».

Ao cabo de dois anos de fervorosa propaganda anti-clerical, não se podia evitar que a Igreja perdesse alguns dos seus vastos privilégios sob a República. Mas parte da opinião católica e até uma significativa minoria de padres liberais estavam, pelo menos, resignados ao sacrifício. Nada impedia e, pelo contrário, tudo aconselhava Afonso Costa a tentar negociar um *modus vivendi* com a Igreja, capaz de satisfazer o Partido e ser aceite pela hierarquia. Se a tentativa falhasse, como parecia provável, restava o recurso de reduzir ao mínimo os danos e humilhações a infligir à Igreja, de modo a não dar inutilmente aos católicos razões de descontentamento e rebelião. Porém, Afonso Costa fez precisamente o contrário. É aqui indispensável notar que perseguir a Igreja, os seus ministros e os seus crentes não era das tarefas mais desagradáveis às suas convicções pessoais, nem ia propriamente contra a propensão natural do militante médio. Não será mesmo absurdo admitir que não fosse essa a estratégia mais correcta na conjuntura, ainda assim o partido jacobino não teria hesitado em arriscar a salvação da República a fim de mais uma vez se aplicar a varrer «o obscurantismo clerical» da face da terra. No entanto, se, em 1911, a política religiosa de Afonso Costa não passou de uma sistemática provocação à Igreja e aos católicos, isso deveu-se sobretudo a que para lá do alvo imediato se pretendia atingir o conservadorismo português no seu terreno guardado e coagi-lo a uma reacção violenta..

Afonso Costa começou a campanha anti-clerical com uma série de declarações destinadas a chocar a consciência católica. Chamou ao Papa «coveiro da religião»; esclareceu que a religião não resistiria ao assalto da «verdade científica» e que fora usada para «sustentar as mais flagrantes desigualdades sociais»; e parece até que prometeu livrar o país dessa peste medieval «em duas gerações». Depois das ameaças vieram os actos. Em Outubro, desenterrou a velha legislação anti-clerical do Marquês e do «Mata-Frades» (Joaquim António de Aguiar) e serviu-se dela para expulsar as ordens religiosas e confiscar os respectivos bens. Em Novembro, legalizou o divórcio em termos de grande liberalidade, mesmo para critérios contemporâneos. Em Dezembro, publicou a Lei da Família, destinada a evitar que a mulher fosse «escrava na sua própria casa», que melhorava o estatuto de «réprobos» dos filhos ilegítimos e adulterinos e aumentava os direitos pessoais e patrimoniais das mulheres. De Outubro a Dezembro, aboliu também os feriados religiosos (excepto o Natal que passou a chamar-se, mais laica e republicanamente, «Dia da Família»), os juramentos religiosos nos tribunais e outras fórmulas legalmente consagradas em que se mencionava por tradição, tirania ou descuido o abominável nome de Deus.

Quanto à hierarquia, Afonso Costa tratou-a com a impiedosa inflexibilidade da Razão perante o Erro. Em Outubro, suspendeu o Bispo de Beja, uma das proeminentes personagens do «escândalo Ançã», e permitiu depois que activistas locais afugentassem o ambíguo prelado para Espanha. Em Fevereiro, proibiu que os bispos metropolitanos dirigissem uma Pastoral colectiva aos fiéis: gesto sem precedentes em cem anos de conflito entre a Igreja e o Estado. E quando o bispo do Porto se atreveu a desobedecer, prendeu-o, exilou-o e declarou a diocese vaga.

Entretanto, a imprensa radical explorava o crescente descontentamento das classes médias e agitava o espantalho da contra-revolução. Segundo França Borges, por exemplo, todas as dificuldades do Governo Provisório, desde a luta religiosa (que o próprio partido jacobino deliberadamente desencadeara) até às greves e à vertiginosa queda dos títulos portugueses na Bolsa de Londres, se deviam a maquiavélicos conspiradores monárquicos contra os quais era necessário o povo precaver-se. Não existiam ainda quaisquer riscos de um levantamento contra a República, mas isso não impediu os radicais de falar como se a todo o momento o regime pudesse desabar: «num banho de sangue», conforme animadoramente se sublinhava. O movimento «adesivo» da província viu-se promovido a «espectro da reacção» e anunciou-se seriamente que Lisboa não tardaria a ser submergida pelos jesuíticos exércitos dos caciques. A acreditar no *Mundo,* nunca houvera tantos monárquicos em Portugal como desde que a República fora proclamada: cresciam e multiplicavam-se, espreitavam por cima do ombro de cada militante, entravavam com «diabólicos manejos» a redentora obra do governo, lançavam «veneno» e «peçonha» nas puras fontes da democracia.

Pouco a pouco, esta serena propaganda foi convencendo a opinião republicana de que o regime estava de facto em perigo. Sem surpresa, os graves apelos dos moderados à ordem, à disciplina e ao respeito pela legalidade deixaram de ser ouvidos ou começaram a ser tomados como traição. Nestas condições, António José de Almeida e Camacho nada puderam fazer, quando, incitados pelo *Mundo* e pelos dirigentes radicais, os militantes do Partido, os voluntários, os carbonários e todos os outros «dedicados amigos da República» se decidiram a suprimir pela violência qualquer espécie de oposição: visível ou invisível, real ou imaginária.

O terror principiou no fim de Dezembro de 1910 e cresceu em intensidade até Janeiro de 1913. Depois da revolução, os militantes haviam passado dois meses de inquieta ociosidade, entregues a purificar a sociedade portuguesa dos seus ornamentos monárquicos e religiosos. Calorosamente aplaudidos pelo *Mundo* e amargamente criticados pela imprensa moderada, tinham destruído ou retirado brasões, coroas, cruzes, Cristos e santos (com ou sem valor artístico) de edifícios públicos, ruas, praças, parques, igrejas e cemitérios. Também as palavras tinham constituído uma grave preocupação. Em Outubro, a tarefa principal consistira em mudar os ofensivos nomes de dezenas de avenidas, vielas e travessas. Santos vários, membros da família real e políticos do constitucionalismo deram lugar na toponímica da República, à Liberdade, às datas do movimento, aos chefes, mártires e heróis do Partido. Depois os activistas haviam transferido a sua patriótica atenção para outro género de crimes linguísticos e começado a atacar as autoridades, os oficiais do Exército, os padres e até simples cidadãos por usarem termos incompatíveis com o novo estado de coisas. Censuravam em particular as formas aristocráticas e cerimoniosas de tra-

tamento, mas também não toleravam qualquer referência, directa ou indirecta, à «odiada» Monarquia. Um padre do Porto, por exemplo, meteu-se num enorme sarilho por se ter referido num sermão ao «rei dos animais», expressão que evidentemente implicava que as bestas rejeitavam o sistema republicano de governo. Em Lisboa, por outro lado, lançou-se uma campanha de alto valor pedagógico e político para substituir o insultuoso nome de Bolo-Rei pela mais democrática designação de Bolo Nacional. Por fim, presumivelmente para demonstrar a sua fortaleza de espírito e total emancipação das «trevas jesuíticas», bandos de activistas deram em assaltar igrejas e em urinar e defecar nos altares.

No entanto, embora estas actividades conseguissem irritar e ofender as «pessoas de bem», delas não vinha excessivo mal ao mundo. Porém, a vaga de greves do Inverno de 1911 tornou as coisas mais sérias. Como seria de esperar, por todos os cantos apareceram profetas de café que se sentiram obrigados a anunciar a iminente queda da República e o advento da anarquia universal. A imprensa jacobina e a base do Partido decidiram considerar que greves e profecias resultavam de uma única conjura contra-revolucionária. É verdade que muitos monárquicos se deliciaram com as dificuldades que a agitação operária causava ao governo, mas todos negaram — com inteira verdade — que existisse um plano secreto para derrubar o regime, de trabalhadores, «rotativos» e clericais, excepto talvez na «férvida imaginação» dos activistas.

Contudo, a facção jacobina, que não se embaraçava de escrúpulos inúteis, continuou a sustentar a tese da conjura e tantos gritos de alarme lançou que o Governo Provisório acabou por se deixar convencer a publicar a primeira Lei de Defesa da República. Esta lei, destinada a reprimir os inimigos do regime, previa severas penas para uma longa lista de crimes: de tentativa de restauração da Monarquia e incitamento à guerra civil a «falta de respeito pela [nova] bandeira nacional» e divulgação de boatos susceptíveis de «alarmar o espírito público» ou «causar prejuízo à segurança social». A generosa amplitude destas definições abriu um vasto campo de actividade aos militantes. De facto, se podia haver critérios objectivos para determinar o que era e o que não era uma conspiração para restaurar a Monarquia (e viu-se depois que também podia não haver), deixava-se aos carbonários a tarefa de ajuizar que espécie de boatos ou declarações constituíam um «incitamento» à guerra civil, «alarmavam o espírito público» ou «causavam prejuízo à segurança social».

É verdade que os moderados, que de má vontade tinham votado a Lei de Defesa, não pensaram nunca que ela servisse aos militantes de licença de caça a todos os seus inimigos públicos e privados. Mas uma vez que os crimes se descreviam tão larga e ambiguamente, levantavam-se todos os entraves ao exercício do incansável zelo da base e obviamente se tornava impossível reprimir ou castigar quem quer que fosse por evitar ou tentar evitar que se cometessem crimes ou por trazer os delinquentes ao severo braço da justiça. Como seria de esperar, os carbonários cresceram ameaçadoramente sobre o país inteiro.

De Janeiro em diante, militantes, voluntários e toda a espécie de polícias amadores intensificaram a repressão às greves, aos sindicatos, aos anarco-sindicalistas e aos socialistas. Em Janeiro também apareceram nos jornais as primeiras queixas contra prisões ilegais que *O Mundo* se apressou a desculpar como louváveis casos de *trop de zèle*. Por fim, Janeiro viu ainda a operação com que os carbonários de Lisboa oficialmente inaugu-

raram o seu longo reino de terror. No dia 8, um grupo de militantes anónimos assaltou e destruiu a sede de três jornais monárquicos: *O Correio da Manhã, O Diário Ilustrado* e *O Liberal*. Unanimemente condenada pela opinião conservadora, esta proeza, que conseguiu pelo contrário, pôr a imprensa radical em êxtase. *O Mundo* declarou a simples existência dos três jornais «vergonhosa» para o regime e acrescentou que se ela fôra tolerada pelo governo isso se devia apenas ao seu «exagerado espírito de tolerância». Felizmente, concluía França Borges, «o povo revolucionário» não estava infectado pela mesma corrupta complacência.

Fortes deste incondicional apoio, os carbonários alargaram generosamente a sua esfera de interesses. Em Fevereiro, invadiram o Centro Católico e o Centro Monárquico de Coimbra, sovaram os respectivos dirigentes e queimaram móveis e papéis em grandes fogueiras festivas. Duas semanas mais tarde chegou a vez do Porto: a Associação Católica, o Centro Operário Católico e o jornal ultra-conservador *A Palavra* sofreram o habitual destino dos «coios de reaccionários» e foram depois pressurosamente proibidos pelas autoridades a fim de «evitar desacatos». Por pouco *O Mundo* não ficava engasgado de júbilo perante estas admiráveis demonstrações de «justiça popular» e concluía triunfante que «na caverna do leão não fariam ninho os milhafres». Também os militantes da província se mostraram em tudo dignos dos seus irmãos de Lisboa, de Coimbra e do Porto. Em Viseu, deram cabo de um jornal católico; *O Povo de Aveiro*, dirigido pelo famigerado «Pulha de Aveiro», Homem Christo, foi suspenso a pedido das comissões locais e o «Pulha» preso e conduzido a Lisboa. Por toda a parte, de Trás-os-Montes ao Alentejo, a imprensa conservadora saiu discretamente de cena para se poupar a extremos desagradáveis.

Os carbonários não se atreveram a empregar força física contra jornais republicanos: mas não hesitaram em usar a chantagem e a intimidação. A sua primeira e mais célebre vítima foi Sampaio Bruno, escritor, jornalista, filósofo, veterano do 31 de Janeiro e uma das mais genuínas glórias do republicanismo. Bruno passara prisão, pobreza, infindáveis humilhações pela sagrada causa do «povo». Porém, depois da revolução, como director e proprietário da folha moderada do Porto, *Diário da Tarde*, depressa se tornou a *bête noire* dos militantes. Em Fevereiro de 1911, começou a receber ameaças acompanhadas de prudentes conselhos para que se emendasse. Cansado e desiludido, preferiu suspender a publicação do jornal até, como explicou, ao restabelecimento da «normalidade legal» e anunciou que entretanto se retiraria para a vida privada «completa e absolutamente enojado da política portuguesa». Esta decisão desencadeou uma tempestade de protestos contra os carbonários, a que se associaram pessoas como Machado Santos, Relvas e Bernardino Machado, e veio dar um novo peso à propaganda ordeira dos moderados. Porém nada disso pareceu perturbar o governador civil do Porto, Paulo Falcão, que, sem visíveis tormentos de consciência, intimou Bruno a comparecer numa esquadra de polícia e o acusou de «alarmar o espírito público» com invenções caluniosas. A imprensa radical aclamou esta nobre *démarche* e cobriu Bruno de insultos; as comissões do Partido votaram moções de censura ao velho «propagandista». Vencido e impotente, Bruno partiu, escorraçado, para o seu segundo exílio de Paris. Haveria de morrer em 1915, no Porto, depois de três anos de completa solidão, em que nem sequer se atrevia a ir ao café com medo que o insultassem.

Também em Fevereiro, a proibição da pastoral desencadeou uma onda de violência. A sucessão dos acontecimentos é aqui especialmente significativa. A 22, os bispos distribuíram a pastoral pelas paróquias para ser lida à missa. Não pediram autorização ao Governo, porque há muito que o Estado não usava do direito de intervir nos negócios privados da Igreja e porque provavelmente desconfiavam que Afonso Costa os impediria de falar. Afonso Costa estava, de facto, decidido a isso. Mas em vez de prevenir o episcopado, esperou que a pastoral chegasse às paróquias para a proibir. Ainda assim, apesar desta generosa multiplicação das oportunidades de desobediência, a maioria dos padres acatou as instruções do Governo e absteve-se de a divulgar. E se, aqui e ali, um ou outro a leu aos fiéis, foi apenas por não ter sido avisado a tempo do veto ministerial. A caça caída na armadilha ficou, portanto, reduzida a duas ou três dúzias de rebeldes, que os militantes rapidamente arrebanharam e meteram na cadeia.

Depois desta escaramuça propiciatória, Afonso Costa declarou que ia examinar a mensagem dos bispos para ver se ela podia merecer a sua superior aprovação. Sem surpresa, não podia e de novo foi formalmente interdita. De caminho, Afonso Costa também suspendeu os subsídios do Estado à Igreja e responsabilizou a hierarquia pelo integral cumprimento das suas ordens. Todo o Episcopado se precipitou a impor silêncio ao clero menor, excepto o bispo do Porto, D. António Barroso, um antigo missionário, com fama, cheiro e proveito de santidade. Em consequência, muitos párocos da diocese desafiaram o Governo e deram aos carbonários ampla oportunidade para exercer os seus talentos policiais. Por seu lado, Afonso Casta chamou D. António a Lisboa, sem fazer segredo do lugar e hora de chegada. Como se pretendia, quando o desprevenido bispo desembarcou em Santa Apolónia, caiu no meio de uma multidão democraticamente ululante, que o insultou, lhe rodeou e apedrejou o carro e agrediu o respectivo motorista com justiceiras bengaladas. A polícia evitou cuidadosamente perturbar estas construtivas actividades políticas, garantidas pela lei e pelos costumes, e não tardou que a integridade física de D. António corresse sérios riscos. Por recurso ou plano, os seus acompanhantes resolveram pô-lo a salvo na casa particular de Afonso Costa, à Rotunda. Aí o intrépido ministro se lhe juntou, não sem ter prometido às massas, que, inquietas mas confiantes, esperavam cá fora, que o prisioneiro seria, como foi, «severamente» punido.

Entretanto, na província eram dias de festa para os militantes. Por toda a parte se prenderam padres «criminosos» que tinham comunicado aos crentes as perversas opiniões dos seus bispos. Mas mesmo aos outros, que se haviam prontamente submetido, os activistas insistiram em extrair um juramento de fidelidade à República na presença das autoridades municipais. Tratava-se de uma formalidade particularmente satisfatória porque ou os «mariolas» sofriam uma educativa humilhação pública ou se viam despachados para a cadeia como «conspiradores». Em Março, o clero já vivia no mais profundo terror. O pároco do Sardoal, por exemplo, achou até necessário vir declarar humildemente no *Mundo* que lamentava ter deixado escapar «apreciações ofensivas» contra o regime e, «sobretudo, contra o Doutor Afonso Costa».

A chegada da Páscoa aumentou a excitação geral dos ânimos. A 17 de Março, Afonso Costa reeiterou a proibição de realizar cerimónias religiosas fora do recinto das igrejas, sem autorização especial. Na prática, isto

constituiu um incitamento a que os carbonários dispersassem *manu militari* as procissões ilegais e a que dessem «uma valente lição» ao «beatério recalcitrante». E muitas, de facto se deram, porque na quase totalidade das vilas e aldeias de província, as pessoas não quiseram prescindir dos mercados, feiras e outros eventos mundanos a que as celebrações da Páscoa serviam de centro e necessário pretexto. No entanto, nem sequer as procissões legais se puderam passar em paz: na maioria dos casos provocaram distúrbios violentos. De acordo com a *mise-en-scène* mais comum, grupos de carbonários seguiam-nas, de chapéu conspicuamente enterrado na cabeça, aos «vivas» à República, ao «livre pensamento» e a Afonso Costa e aos «morras» ao Papa, à Igreja e aos Jesuítas. A cristã paciência dos fiéis era posta à prova até que um deles interpelasse os militantes ou, de preferência, recorresse a métodos mais eloquentes de protesto. Começava então uma batalha campal e, depois de conscienciosamente sovadas, as ovelhas do Senhor dispersavam a caminho do redil ou eram presas porque, evidentemente, provocavam «desordens na via pública».

Este clima de guerra religiosa conseguiu o milagre de despertar o espírito militante dos católicos. Em muitos sítios (mas sobretudo a norte do Mondego), se acontecia prenderem o padre local, os sinos tocavam e homens e mulheres acorriam dos campos. Em várias ocasiões, os carbonários foram espancados ou escorraçados e, noutras, centenas de pessoas acompanharam o padre à sede do concelho para exigir a sua libertação. Duas ou três vezes, forças do Exército tiveram mesmo de intervir para limitar expressões demasiado vivas da fé dos povos: e também aqui e ali se fizeram «esperas» a militantes republicanos ou se incendiaram e apedrejaram as respectivas casas.

Em Lisboa, a violência popular desenvolveu-se noutra direcção durante os meses de Março a Abril. As procissões não chegaram a tornar-se um problema, porque até na Igreja os loucos e os mártires não abundavam. Assim logo que a crise da Páscoa esmoreceu, os activistas dedicaram-se imediatamente à luta não só contra os «reaccionários» (principalmente contra os «reaccionários escondidos», uma espécie numerosa e parece que letal), mas também contra todos os «figurões suspeitos».

As tácticas variavam. O «talassa» visado podia ser ameaçado em pessoa ou por carta: ou caluniado na imprensa: ou zupado longe do olho, aliás complacente, da polícia. Se isto não chegava para o intimidar, os militantes mudavam de frente e atacavam-lhe a família: ou passavam-lhe uma busca domiciliária sob qualquer pretexto fútil; ou cercavam-lhe a casa, dias a fio, ostensivamente, sem nenhuma explicação. No entanto, o método mais corrente era o da carta anónima. Muitos monárquicos foram aconselhados a emigrar por entidades desconhecidas que se diziam preocupadas com a sua sorte. Alguns apressaram-se a seguir estes benévolos avisos. Outros, o próprio governo, talvez porque achasse a ideia meritória, se encarregou de expulsar.

Nem sequer os republicanos «históricos» ficaram ao abrigo do zelo carbonário. Basílio Telles, por exemplo, o mais notável economista, historiador e pensador político do seu tempo, como Bruno um veterano do 31 de Janeiro, membro do Directório em exercício e primeira escolha para o lugar de Relvas no Governo (honra que sensatamente declinara), foi espancado e apedrejado nas ruas do Porto, aos cinquenta e cinco anos, por se ter atrevido a criticar a obra da «ditadura revolucionária».

Tanto monárquicos como republicanos moderados acusavam os radicais de incitar e organizar a violência popular. Serenamente, os radicais rejeitavam todas as responsabilidades e atribuíam o terror à «espontânea indignação das massas». No entanto, embora a espontaneidade se não pudesse negar, também o papel do partido Jacobino era incontestável. Através do *Mundo*, que se tornara o oráculo dos militantes, encorajava a livre iniciativa do «povo» e defendia a legitimidade «revolucionária» dos métodos usados. «O soldado» (isto é, o carbonário), escrevia França Borges numa típica editorial, «não volve à charrua tão prestes, como prestes largara a charrua para aperrar o fusil. Que repouse — dizem-lhe: não sabe e não pode obedecer». Demais, na opinião do *Mundo*, não havia nenhum motivo para que obedecesse. Com efeito, enquanto a base republicana fosse considerada a única e autêntica encarnação do povo, ela constituía a fonte de toda a autoridade do Estado e não deixava, portanto, de ser absurdo que tivesse de responder perante o Governo. Esta tese, que os dirigentes radicais imperturbavelmente sustentavam, parecia nas circunstâncias tanto mais correcta quanto era certo que o regime devia a sua existência à Carbonária e aos activistas do P. R. P. e não à generalidade do país.

Mas, além de advogar a violência popular, o partido jacobino também a dirigia. Não evidentemente no sentido em que cada militante, que agredia, prendia ou perseguia um «reaccionário», um «clerical» ou um padre, o fizesse por ordens expressas de Afonso Costa, França Borges ou seus ocultos mandatários. A escolha dos meios, da ocasião e, na maioria dos casos, da própria vítima competia à imaginação e ao critério dos militantes. Porém, noutro sentido, o terror nada tinha de espontâneo. Primeiro, porque «o povo» não era uma colecção de indivíduos ou o monstro de uma só cabeça dos pesadelos conservadores, mas dúzias de organizações mais ou menos estruturadas — comissões do Partido, comissões de «vigilância» e «defesa», juntas paroquiais, batalhões de voluntários — que inspiravam e impulsionavam acções aparentemente isoladas. Depois, porque existia uma cadeia de comando. *O Mundo* e os dirigentes radicais designavam os alvos permissíveis da indignação das massas e o momento próprio em que esta se podia e devia manifestar: fielmente, os carbonários executavam. Em Janeiro de 1911, por exemplo, quando «o povo» saqueara o *Correio da Manhã*, o *Diário Ilustrado* e *O Liberal*, inexplicavelmente poupara *O Dia*, órgão do «traidor» Alpoim e porta-voz da odiada direita liberal. Na altura, até *O Mundo* candidamente admitira que os activistas se tinham voltado contra os primeiros uma vez «informados» do seu conteúdo, porque «habitualmente os não liam».

No entanto, embora politicamente orientada a acção dos carbonários não obedecia a regras fixas e uniformes. Na verdade, o terror provinha mais da imprevisibilidade da violência do que das suas relativamente brandas consequências. Muito poucas pessoas foram mortas pelos militantes; os prejuízos materiais que causaram não foram grandes: mas eram ubíquos, ninguém sabia, ou tinha maneira de saber, a quem destinavam o desagradável papel de vítima e, portanto, ninguém se sentia seguro. Além disso os mesmos crimes não acarretavam os mesmos castigos ou sequer o castigo era proporcional à gravidade do crime. Um jornal ultra-monárquico podia ser deixado em paz e o seu vizinho moderado assaltado e arruinado. *O Mundo* podia ignorar os políticos «rotativos» que pontificam nos cafés de Lisboa — e dirigir a sua ira contra uma professora primária de Silves, a duzentos quilómetros de distância, que «dissera mal» da República,

enquanto esperava pelo comboio; uma associação católica ou um clube conservador podiam vegetar na obscuridade meses e meses e de repente sofrer a invasão de um bando furibundo e destruidor. As próprias vítimas nem sempre percebiam porque é que haviam sido escolhidas ou, pelo menos, porque é que haviam sido escolhidas naquele preciso momento. Um comunicado do Centro Católico do Porto, por exemplo, publicado depois do saque à sua sede, punha ao Governo duas perguntas reveladoras: «Qual é o nosso crime?»; «Quais são os nossos direitos?». Também *A Palavra* pretendia que a sua posição fosse claramente definida. «A violência legal», sublinhava, «é preferível à violência anónima». «Portanto», pedia humildemente aos seus inimigos republicanos, «suspendam o jornal, mas não façam ameaças».

No entanto, este género de argumentos não era susceptível de convencer os militantes, que não pensavam em termos de normas, direitos e deveres. Para eles só existia um direito, o direito de apoiar o partido radical, e só existia um crime, o crime de não o apoiar. De resto, não viam qualquer diferença entre aqueles que, por razões de acidente ou circunstância, decidiam punir e aí residia precisamente a explicação da sua eficácia e a fonte do seu incontrolável poder.

4. A dissolução da disciplina militar e a hostilidade dos oficiais à República

Como seria de prever, o advento do terror afectou o Exército, visto que os veteranos de Outubro tinham continuado em contacto com os seus antigos camaradas da revolução. Depois da vitória, a oficialidade em massa prestou juramento de fidelidade à República. Esperou-se, por isso, nos círculos governamentais, que a disciplina fosse rapidamente restaurada e que as forças armadas permanecessem neutras. Em Dezembro, o novo chefe do Estado-Maior, o general Elias Ribeiro, enviou uma circular aos Corpos de Exército, estabelecendo novos (?) princípios de conduta. Embora, durante a revolução, soldados e oficiais se houvessem «unido» na luta pelo seu «ideal comum» — começava ele sem se rir — voltara a ser necessário que todos se «cingissem» aos seus direitos e deveres hierárquicos e «aceitassem rigorosamente» a «lei e os preceitos regulamentares». O general Elias Ribeiro concedia, generosamente, que os soldados já não eram «autómatos», mas «cidadãos conscientes» e «células sociais». Porém, apressava-se a acrescentar, numa audaciosa metáfora orgânica, que assim como as células se submetiam «à fatalidade das leis fisiológicas», assim os soldados deviam «acima de tudo saber obedecer».

No entanto, não passava de uma ingenuidade supor que os soldados, cabos e sargentos revolucionários não contestariam a autoridade dos seus chefes vencidos. Desde logo, como «bons republicanos» — melhor ainda, como «fundadores da República» — sentiam e ostentavam o mais profundo desprezo pela «cáfila» de oficiais «neutros» e «monárquicos», que os comandavam. Depois, o seu passado político tornava-os temporariamente invulneráveis. Fizessem o que fizessem, se alguém se atrevia a castigá-los, o caso era imediatamente apresentado a um público crédulo como «vingança» de «reaccionários teimosos» ou conspiradores potenciais. Em Novembro, o Exército já vivia numa profunda crise. Bandos de soldados, cabos e sargentos passeavam-se nas ruas como donos e senhores; mandavam parar

oficiais e obrigavam-nos a dar «vivas» à República; prendiam polícias presumivelmente «talassas»; provocavam rixas sangrentas com antigos «municipais». O Governo Provisório esforçou-se por dominar a situação. Mas como, justificadamente, não tinha a menor confiança na oficialidade, só conseguiu complicar as coisas.

Em Dezembro, Correia Barreto, o ministro da Guerra, começou a depuração política do Exército, ajudado por meia dúzia de tenentes da esquerda jacobina que mais tarde passaram à História com o improvável nome de «Jovens Turcos». Barreto transferiu para guarnições de província ou lugares burocráticos inócuos os oficiais «duvidosos», reformou compulsivamente os que não escondiam a sua hostilidade ao regime e deu a gente de confiança os comandos vitais dos regimentos de Lisboa e do Porto. Contudo, como os oficiais republicanos de média e alta patente eram muito poucos e a regra de antiguidade tinha, em certa medida, de ser respeitada, as «limpezas» de Barreto só conseguiram irritar a hierarquia militar, sem garantir a sua fidelidade à República.

Assim, em desespero de causa, o ministro da Guerra e os «Jovens Turcos» foram forçados a recorrer aos serviços dos seus únicos verdadeiros amigos no Exército: os soldados, cabos e sargentos. Depressa estes se transformaram em cães de guarda da oficialidade. Em colaboração com as comissões do Partido, as juntas paroquiais, os batalhões de voluntários, a Maçonaria e as inúmeras carbonárias civis dos centros urbanos, lançaram-se a grandes trabalhos de espionagem e denúncia. O seu zelo excedeu todas as esperanças. Em Fevereiro, «desmascararam» a primeira «conspiração» monárquica no Exército; e o Governo Provisório demitiu um capitão que, como *O Mundo* pudicamente observou, «passara pela vergonha» de ser «apanhado pelos próprios subordinados». Mas não apenas os delitos graves atraíam a minuciosa atenção dos activistas militares. Qualquer pecado venial, passado ou presente, merecia uma comunicação para o ministério da Guerra. Um oficial foi denunciado porque em 5 de Outubro «arrancara uma bandeira republicana das mãos de um guarda-fiscal»; outro porque num discurso às tropas se esquecera de incluir a revolução de Outubro entre «os factos mais gloriosos da História de Portugal»; outro ainda porque mandara caiar o desenho de um barrete frígio da parede do quartel.

Sem surpresa, o papel policial dos soldados, cabos e sargentos varreu os precários restos de disciplina que, apesar de tudo, subsistiam no Exército. Os oficiais acabaram por ter mais medo das praças que as praças deles. Isto para não falar dos sargentos, com quem Barreto não hesitava em organizar conciliábulos secretos nos quartéis, na presença e para profundo escândalo dos seus superiores. Não tardou, assim, que estes últimos precisassem de tomar as maiores precauções para não irritar os activistas sob o seu comando. Um deslize e podiam acabar numa guarnição de província ou ser definitivamente arrumados na mais obscura secretaria disponível, porque o espião de serviço os achara monárquicos «incorrigíveis» ou, pior ainda, conspiradores potenciais. A maioria da oficialidade reagiu a esta situação impossível pelo prudente abandono dos seus deveres profissionais. Não arranjar sarilhos tornou-se a sua mais absorvente preocupação e também o seu único critério de sucesso. As consequências disto foram desastrosas. Os soldados começaram a usar fitas encarnadas e verdes nos uniformes, a brandir bandeiras da República ou da Carbonária debaixo de forma e a cantar comovidamente «A Portuguesa» à mais leve provo-

cação. Em Julho, Barreto viu-se forçado a proibir cantorias não autorizadas e a implorar que toda a gente fizesse um esforço para se portar com «uniformidade, decência e compostura». Mas estes patéticos pedidos — e outros semelhantes — não produziram qualquer resultado. Em contrapartida, a mobilização das reservas, ao chamar de repente às fileiras milhares de civis e centenas de militantes, acabou por desorganizar o Exército. Foi por essa altura que o radical Sá Cardoso, insuspeito de parcialidade, declarou aos jornalistas que tudo estava num «caos» e se temia o pior.

Nos anos seguintes, subalternos, soldados e simples civis continuaram a prender oficiais, a delação prosperou e Barreto teve mesmo de se desculpar no Parlamento por não perseguir todos os denunciados com o surpreendente argumento de que muitas vezes os próprios denunciantes mudavam de opinião. Este estado de coisas permaneceu sensivelmente igual até ao golpe militar de 1915, dito «das espadas», que colocou o general Pimenta de Castro no poder. Quando, em 1912, Martins de Lima, um monárquico notório, foi preso por um marinheiro tentou levá-lo à razão. «Tu não sabes», perguntou-lhe com propiciatória brandura, «que eu sou um capitão e tu um simples soldado?». «Capitão?!», respondeu o marinheiro usando ostensivamente um familiar você. «Isso já acabou, era no tempo da Monarquia... O que você é agora é um conspirador e um traidor». Martins de Lima exagerou provavelmente a história para meritórios fins de propaganda. No entanto, ela exprime bem a crise das Forças Armadas.

A dissolução da disciplina militar não só solidificou e justificou a hostilidade dos oficiais à República (e, portanto, fez do terror uma necessidade), mas impediu que os moderados usassem o Exército como instrumento da «ordem». Durante muito tempo, este continuou dividido e impotente e os seus conflitos internos reflectiram fielmente a luta que se travava no campo mais vasto do país.

5. O anti-clericalismo, instrumento jacobino de «radicalização» da República

Em Abril de 1911, tendo recuperado da sua desvantagem inicial, os radicais encontravam-se numa posição táctica dominante. O regime fora progressivamente empurrado para uma ditadura jacobina; os carbonários soltados com êxito às canelas dos seus crescentes inimigos. Mais decisivo ainda: um compromisso entre os conservadores do P. R. P. e os antigos «rotativos» parecia agora altamente problemático. No fim de Abril e depois em Maio, dois acontecimentos vieram reduzir os moderados a uma desesperada luta de retaguarda: a publicação da tão desejada «Lei de Separação» e as eleições para a Assembleia Constituinte.

A Igreja reagira à maioria dos ataques que a República lhe havia movido com tanta moderação quanta, nas circunstâncias, seria de esperar. Na sua Pastoral colectiva, embora protestassem com calor contra a política de Afonso Costa, os bispos aconselhavam os crentes, não a rebelar-se, mas a tentar, por meios «legais e honestos», defender a causa da religião e «remover» das leis todas as disposições que lhe «fossem contrárias». Alguns dirigentes católicos, como por exemplo o padre Abúndio da Silva, chegaram mesmo expressamente a recomendar que se obedecesse ao Estado republicano, invocando a tradicional regra paulina de não resistência às autoridades constituídas, justas ou injustas. Porém não restava qualquer

espécie de dúvida que se evitara por pouco uma reacção violenta. Aqui e ali, a carta dos bispos ao seu cordato rebanho deslizava para um tom inquietante marcial: falava-se do «Exército Católico», das «armas» do Espírito e do «radicalismo intolerante e opressor». Houvesse Afonso Costa mostrado a mínima disposição de negociar e teria favorecido o partido da conciliação dentro da Igreja. O seu radicalismo, na verdade intolerante e prestes a tornar-se opressor, deu, pelo contrário, toda a força àqueles que pregavam uma cruzada contra a «iníqua República» e para quem «a complacência com os maus» constituía o mais mortal dos pecados.

Com efeito, a 24 de Abril, Afonso Costa publicou a «Lei de Separação do Estado e das Igrejas» que levava a sua estratégia de radicalizar a República à consumação e conclusão lógica. A lei era pura e simplesmente uma declaração de guerra. Confiscava as propriedades da Igreja secular e colocava-a na dependência financeira do Estado, que passava a subsidiar-lhe a administração e o culto e a pagar uma «pensão» ao seus ministros. Criava em cada paróquia uma «comissão cultual» — que, pelo menos nas cidades, seria inevitavelmente composta por militantes ateus — e confiava-lhe não apenas a gerência dos negócios mundanos da Igreja, mas, em última análise, também das suas actividades religiosas. A lei proibia ainda o culto público, excepto se especialmente autorizado pelas autoridades republicanas. Proibia as crianças de frequentar a Igreja durante as horas de escola e mandava que, na casa do Senhor, se não efectuassem cerimónias litúrgicas ou qualquer outro género de reuniões subversivas depois do sol posto. Não contente com a agressão, Afonso Costa juntou-lhe o insulto. Os padres foram proibidos de usar vestes talares nas ruas e estabeleceram-se generosos subsídios para as respectivas «viúvas». Numa palavra, a Lei de Separação era um não muito subtil exercício de sectarismo e brutalidade. Pior do que isso; não podia ser aceite por nenhum católico. Na verdade, o Papa já declarara as chamadas comissões cultuais (uma importação francesa) incompatíveis com a ortodoxia e, portanto, aquiescência nelas acarretava excomunhão automática.

A lei de Afonso Costa não deixava nenhuma opção à Igreja, a não ser a revolta. Como se pretendia, esta reagiu com desesperada dureza. Numa nova Pastoral, o Episcopado descreveu o regime de separação como uma «atrocidade», uma «tirania», uma «humilhação» e um «escárnio»; e resumiu-o em quatro palavras: «injustiça, opressão, espólio, desprezo». Uma vez isto assente, os bispos davam instruções ao clero para se não submeter às mais violentas disposições da lei — mandavam-lhe nomeadamente rejeitar as «pensões» do Estado e não participar nas comissões cultuais. A Pastoral acabava pondo a alternativa com clareza: ou «obediência» (ao Episcopado na sua qualidade de legítimo poder eclesial) ou «apostasia». A terminar, os bispos lembravam encorajadamente aos fiéis as palavras de Pedro, «ó Senhor, estou pronto a seguir-te à prisão e à morte», e manifestavam a simpática esperança de que, ao contrário do vacilante apóstolo, os católicos portugueses se mostrassem firmes.

Sem surpresa, a atitude da Igreja desencadeou uma crise de grandes proporções. A maioria dos padres (quase oitenta e cinco por cento) obedeceu à hierarquia. Em 7 de Agosto, por exemplo, 217 tinham aceite e 1153 recusado as «pensões» do Estado. Sobretudo no norte, o clero foi praticamente unânime no seu apoio aos bispos. Na diocese do Porto, um «ninho de beatério» que muito afligia os «verdadeiros» patriotas, entre 458 párocos com direito a «pensão» só 17 a requereram e esses puderam

ser imediatamente suspensos. Em breve, a enorme máquina da Igreja ameaçou parar e privar os crentes do seu socorro e consolo. Não apenas na área a que agora, para exibir as suas leituras, os jornalistas cultos chamavam a «Vendeia portuguesa» (Minho, Douro e Trás-os-Montes), mas também no litoral e no sul. Contudo, Afonso Costa não se perturbou. Num curto e confiante comunicado, preveniu ameaçadoramente que não permitiria que a Igreja se servisse da religião de «parte do povo» para promover «a desordem e a sedição». Declarou padres e bispos «rebeldes», «bandidos» e «traidores» e prometeu que, além de punir os seus horrendos crimes, os obrigaria, se necessário pela força das armas, a cumprir os seus deveres: embora, como *O Dia* acidamente observou, não fosse fácil imaginar um padre a dizer missa entre dois vigilantes membros da Guarda Republicana.

A Lei de Separação e as convulsões que logo provocou tornaram a classe média católica inconciliável com o regime e criaram um estado de agitação endémica na província, principalmente a norte do Mondego. Por outro lado, a Lei de Separação contribuiu decisivamente para hostilizar os moderados do P. R. P. tanto como os seus aliados «adesivos» como com a opinião conservadora em geral. Na verdade, para não alienarem de uma vez para sempre os militantes «históricos» das cidades — luxo a que de toda a evidência se não podiam dar — António José de Almeida, Camacho e Relvas tiveram de aprovar, e até de aplaudir, a «grande obra libertadora» de Afonso Costa. Fizeram-no, sem dúvida, com reservas mentais, mas isso não os impediu de perder a confiança daqueles para quem encarnavam a esperança de uma República ordeira e liberal. Afonso Costa, cujo génio estratégico de novo dramaticamente se provava, havia de um só golpe reduzido os seus inimigos republicanos a uma situação de semi-impotência e clarificado o tabuleiro político. A «Lei de Separação» deixou frente a frente dois únicos partidos: os monárquicos (a quem finalmente a República oferecera uma causa popular) e os radicais do Partido. Dali em diante, apesar da sua influência táctica, os moderados limitaram-se a balançar sem vontade nem regra entre estas duas forças. Não admira, assim, que França Borges se apressasse a proclamar que a Lei de Separação era a lei fundamental do regime e o resumo dos seus mais essenciais princípios; impossível de modificar sem traição à República, à democracia e ao povo. Na realidade, porém, «A Intangível», como passou a ser conhecida, constituía apenas o símbolo do radicalismo urbano e a garantia de que os chefes moderados do P. R .P. se não entenderiam com a antiga «crápula» rotativa por cima da cabeça da base. Por outras palavras, o reconhecimento e institucionalização do mais extremo anti-clericalismo fechava o caminho a soluções intermédias e do mesmo passo assegurava que os dois campos em presença, jacobinos e conservadores (tanto monárquicos como republicanos), teriam de lutar até à vitória final.

6. As eleições de Maio de 1911 e o isolamento do «pequeno Portugal republicano» do resto do país

Em Maio, as eleições mais enfraqueceram a ala moderada do P. R. P. De facto, para proteger o seu precário poder na província, António José de Almeida foi obrigado a excluir os «adesivos» e os candidatos independentes da Assembleia Constituinte: a Lei Eleitoral de que era autor e a maneira como, na sua qualidade de ministro do Interior, geriu as eleições

distinguiram-se por uma rara desonestidade. Ainda por cima, em alguns círculos, os moderados dependiam do voto da base radical e precisaram, portanto, de apelar humildemente para a unidade e disciplina do Partido. Sem surpresa, esta concessão entregou-os amarrados de pés e mãos à facção jacobina, com quem aos olhos das «pessoas respeitáveis» ficaram identificados. Tudo isto fez com que o seu isolamento crescesse e se afirmasse. Os militantes odiavam-nos; a imprensa regional «adesiva» e «independente», embora ainda achasse António José de Almeida «generoso», começou a chamar-lhe «iludido» e «fraco». E até esta impressão de que os moderados eram manobrados por Afonso Costa foi em muitos casos substituída pela generalizada convicção da respectiva duplicidade, quando, em Maio, o ex-«idolatrado» e presentemente arrependido António José se prestou a esmagar pela força uma revolta da direita.

Sucedeu, na verdade, que, em meados de Maio, Sampaio Bruno, Basílio Telles, Machado Santos e outras luminárias do Partido fundaram uma organização denominada «Aliança Nacional», que apresentaram ao país como a união de «todos os portugueses honrados», qualquer que fosse «o seu passado político», «opiniões», «classe social» e «fé religiosa». O programa da aliança consistia em eleger para o Parlamento homens capazes de pôr fim à «ditadura revolucionária» e de restabelecer a «legalidade normal», isto é, de restaurar e proteger as «liberdades públicas», que o terror ameaçara, restringira ou suprimira. Estes objectivos não diferiam em substância dos propósitos que tanto Camacho como António José de Almeida constantemente apregoavam como seus. Porém, os chefes moderados achavam prematuro um rompimento com a base do Partido. Por um lado, não queriam aceitar o papel de mandatários da minoria radical, mas, por outro, temiam que, uma vez formalmente separados do P. R. P. não tardassem a ser absorvidos pelos «adesivos» monárquicos e caciques, que agora paternalmente protegiam. As suas aspirações a árbitros do regime exigiam, além disso, que nenhum outro movimento republicano pretendesse formar e chefiar uma coligação anti-jacobina. Nestas condições, António José de Almeida não hesitou em usar a sua vasta capacidade de pressão política e administrativa para varrer de cena a ingénua Aliança.

Os deputados à Assembleia Constituinte acabaram, assim, por ser escolhidos não pelo eleitorado ou pelos militantes «históricos» do P. R. P., mas à porta fechada por pequenos grupos de dirigentes. Consequentemente, a escolha, em lugar de reflectir a vontade da nação ou do Partido, reflectiu apenas a balança de poder nos altos círculos republicanos. No entanto, se o país em geral pouco podia fazer contra semelhantes métodos, os activistas da esquerda jacobina não se resignaram a aceitá-los. Em vários círculos, decidiram apresentar as suas próprias listas contra a lista oficial do Directório. Na província não foram apoiados por qualquer organização. Mas em Lisboa apareceu uma Federação Radical, cujo programa era uma salsada das reivindicações mais populares da base. A Federação queria um regime político igualitário, sem Presidente e sem Senado; pedia recompensas para «*todos*» os que de 1891 a 1910, se tinham «sacrificado» pela causa; e, ao contrário do P. R. P., avançava algumas reivindicações de carácter económico na melhor tradição *sans-cullotes*: a abolição do odiado «imposto de consumo» e a fixação dos preços dos géneros alimentares básicos.

Os candidatos ultra-radicais de Lisboa eram um metalúrgico, um farmacêutico, um editor, um jornalista, um lojista e um funcionário público. Representavam os extremistas do Partido (isto é, a espinha dorsal da antiga

Carbonária e uma parte das comissões paroquiais), que se não conformavam com a proeminência dos dirigentes do topo, regra geral bacharéis, srs. drs. e outras notabilidades da classe média. No entanto, embora por estarem ligados à base contassem de certo com algum apoio das classes trabalhadoras, os candidatos ultra-radicais não constituíam uma frente para os sindicatos ou para o P. S. Tratava-se de jacobinos puros, não de simpatizante anarco-sindicalistas ou socialistas. Desde logo, usavam uma linguagem tipicamente pequeno-burguesa. Clamavam contra «os reis de casaca», que segundo lhes parecia, ocupavam agora o lugar dos «reis de manto e coroa» e aparentemente pretendiam que o povo «lhes tirasse o chapéu» como se eles fossem «os Braganças em pessoa». Criticavam os ministros da República por se servirem dos automóveis do Estado para fins privados ou por se sentarem — «impantes» — no camarote real de S. Carlos. Acusavam o Governo Provisório de «oferecer banquetes a visitantes estrangeiros», enquanto o Terreiro do Paço se enchia de «gente faminta pedindo pão». Acima de tudo não perdoavam o assalto das «pessoas bem educadas» às posições de poder, ao passo que a eles, aos heróis da véspera, nada ou muito pouco se dava. Cada dia mais amargurados e desiludidos, já nem sequer poupavam susceptibilidades e atreviam-se mesmo a lembrar aos seus novos senhores que, «se eles quisesem», o Governo não durava «nem mais um dia».

A rebelião, da extrema-esquerda do P. R. P. (os *Hébertistas* da revolução portuguesa) não mereceu aos responsáveis mais contemplações do que a rebelião conservadora da Aliança Nacional. Embora duas dúzias de ultra-radicais, apesar de todos os entraves que o Governo lhes levantou, conseguissem apresentar-se às eleições, foram imediatamente denunciados como inimigos da República e vencidos pelos habituais processos de corrupção eleitoral e pressão administrativa. Sem surpresa, não elegeram um único deputado. Contudo, Afonso Costa pouco sofreu com a maneira brutal como tratou a sua ala esquerda. Os militantes ultra-radicais em breve voltaram a aceitar a autoridade dos chefes jacobinos porque não tinham outros patronos através dos quais pudessem obter empregos, nem outro modo de representação política.

Porém, conquanto exclusivamente escolhida pelo Directório (ou por isso mesmo), a Assembleia Constituinte que saiu das eleições de Maio era uma fiel imagem do Partido. A maioria dos deputados andava pela meia-idade (41,8 anos) e pertencia à classe média. Existiam na Assembleia quatro grupos ocupacionais distintos. O grupo mais numeroso compunha-se de 101 membros das profissões liberais (52 médicos, 41 advogados, 3 engenheiros, 3 agrónomos, 2 padres e 1 veterinário). Oficiais do Exército e da Marinha de várias categorias e patentes constituíam o segundo grupo com mais elementos (49): 9 coronéis ou capitães-de-mar-e-guerra; 8 majores ou capitães-tenentes; 5 capitães ou 1.os tenentes da Armada; 6 1.os tenentes do Exército ou 2.os tenentes da Armada; e 13 2.os tenentes do Exército ou guardas-marinha. O terceiro grupo incluía 28 pessoas que se ocupavam em actividades típicas da classe média mas de pouco *status* social (9 funcionários públicos de segundo plano, 9 jornalistas, 8 professores do liceu e 2 estudantes de direito). Seguiam-se 18 representantes dos estratos superiores da pequena-burguesia urbana, donde habitualmente provinham os «mestres» da Carbonária e os presidentes das comissões paroquiais do P. R. P. (5 lojistas, 4 empregados de escritório, 4 farmacêuticos, 3 profes-

sores primários e 2 solicitadores). As «forças vivas» da nação, isto é, os inte-

resses económicos dominantes, apareciam nas conspícuas pessoas de 20 deputados (17 proprietários, 2 industriais e 1 negociante) e às classes trabalhadoras oferecia-se a suspeita voz do canteiro Alfredo Ladeira. A Universidade e o braço judicial, os dois poderes do Estado tradicionalmente independentes, ocupavam 14 lugares (9 para professores catedráticos de Coimbra e Lisboa e 5 para juízes: 1 do Supremo e 4 da Relação). Por fim, até a Câmara dos Pares sobrevivera na Constituinte nos «monárquicos renegados» mais tarde promovidos a «indefectíveis democratas» Anselmo Braamcamp Freire e Sebastião Dantas Baracho.

Inevitavelmente, a maioria dos deputados desta Assembleia pré-fabricada e dominada pela classe média, vinha de Lisboa e do Porto. De 229 deputados, 121 tinham ligações políticas, profissionais e pessoais com Lisboa, 25 com o Porto e 76 viviam e trabalhavam permanentemente na província. Mais do que o facto — aliás incontestável — de que oito meses após a revolução, a República permanecia um fenómeno urbano, a história do Partido explicava este desequilíbrio a favor de Lisboa e do Porto. Na verdade, quase todos os lugares recompensavam serviços prestados durante a «gloriosa» luta do P. R. P. e esta decorrera sobretudo nas cidades, para não dizer apenas em Lisboa. Uma breve análise das carreiras políticas dos «constituintes» é aqui esclarecedora. A Assembleia tinha 23 dirigentes nacionais do Partido, sem excepção de Lisboa; 34 funcionários superiores do Partido, de Lisboa e do Porto; e só 49 genuínas personalidades da província (jornalistas, presidentes de comissões municipais ou distritais do P. R. P., etc.). Também existiam 20 dos impropriamente chamados oficiais «revolucionários», postados em Lisboa pelo menos desde 1908, e 9 chefes da Carbonária que, em Lisboa, haviam organizado e dirigido o 5 de Outubro. Mas deve ter sido precisa muita paciência e boa vontade para descobrir pelo país rural os 10 «conspiradores» que o Directório amavelmente trouxe a S. Bento. A greve estudantil de 1907 forneceu à Constituinte 10 dos seus «intransigentes»: porém 8 moravam agora em Lisboa. Os restantes deputados (32 de Lisboa e 18 da província) não passavam, antes de 5 de Outubro, de membros ou simples simpatizantes do Partido. Por último, um pequeno grupo de 19 «pais da Pátria», que incluía 3 antigos deputados monárquicos, nunca sequer estivera associado ao movimento republicano.

Embora nos anos seguintes muitos deputados à Constituinte se vissem inexplicavelmente promovidos a ministros, presidentes de ministérios, presidentes da República e até a ditadores, a Assembleia não se podia gabar da estatura intelectual dos seus membros. As melhores cabeças do P. R. P. (Sampaio Bruno, Basílio Telles, João Chagas, Duarte Leite, Teixeira Gomes e Júlio de Matos) ficaram de fora e dos grandes dirigentes só Afonso Costa, França Borges e talvez Camacho eram um pouco mais do que estrategas de café, pensadores de artigo de fundo e demagogos de comício. Quanto aos outros «constituintes», apenas o matemático Mira Fernandes, os escritores Teixeira de Queirós e Abel Botelho e o economista Ezequiel de Campos gozavam de alguma reputação profissional. Para agravar as coisas, o deputado médio não tinha qualquer experiência administrativa; fora educado na viciosa e vociferante política de oposição praticada pelo P. R. P. desde 1903 e não percebia, nem se interessava por problemas substantivos de Governo.

Por fim esta nova «remonta de bacharéis» estava na feliz situação de não precisar de se afligir com os sentimentos do eleitorado. Apesar dos

seus óbvios defeitos, o «caciquismo» estabelecia uma real ligação entre os parlamentos monárquicos e os interesses locais. Na medida em que os políticos dependiam dos caciques e os caciques da boa vontade da população, nem uns nem outros podiam prudentemente ignorá-la. O mesmo não sucedia no novo regime. Regra geral naturais de Lisboa ou residentes em Lisboa, nomeados pelo Directório e candidatos de partido único, os deputados republicanos só respondiam perante os seus padrinhos do Directório. Como seria de esperar este admirável estatuto não os incitou à moderação. Depressa excederam em turbulência, facciosismo e irresponsabilidade as previsões mais pessimistas. A maioria absorveu-se nas questiúnculas internas do Partido e na vida política de Lisboa — onde se faziam e desfaziam carreiras — e não prestou a menor atenção aos obscuros círculos que representava. Assim, as Constituintes e depois o Parlamento serviram sobretudo de amplificador das divisões internas do P. R. P. e do regime. Desprezaram e foram desprezados em troca pela nação indiferente.

O exacerbamento da crise política e religiosa e o facto de nem os «adesivos», nem os monárquicos terem conseguido lugar nas Constituintes isolaram o «pequeno Portugal republicano» do resto do país. Porque muitos conservadores haviam perdido a esperança de encaminhar a República para uma via de equilíbrio e tolerância, decidiram-se a lutar contra o regime em bloco e, pela primeira vez desde Outubro, o Governo Provisório viu-se a braços com uma oposição a sério. O partido monárquico não estava ainda organizado ou sequer definira uma estratégia de ataque. No entanto, era óbvio que o descontentamento não tardaria a explodir. Os exilados políticos chegavam já aos milhares e os mais militantes (muitas vezes os que a Carbonária se encarregara de expulsar) começavam a concentrar-se na Galiza, sobretudo em Vigo e em Tuy (a Coblentz portuguesa), a um quilómetro da fronteira. Couceiro, que deixara Portugal em Março, juntou-se-lhes em Maio. Logo correram boatos de uma invasão monárquica chefiada pelo «Paladino» (a nova alcunha de Couceiro com conotações adequadamente medievais). Não existia ainda nenhuma boa razão para acreditar neles. Porém, no clima de histeria dominante, bastaram para provocar os carbonários a descobrir toda a espécie de conspirações diabólicas e fantásticas contra a República. De Maio a Julho, uma segunda onda de terror de proporções desconhecidas varreu o país.

7. A segunda vaga de violência popular

A primeira conspiração imaginária de uma longa e monótona série foi descoberta e suprimida em Coimbra por «zeladores» civis, assistidos pela polícia regular, e forneceu a cadeia local com vinte novos ocupantes. Depois de Coimbra, a maré de violência subiu com rapidez e regularidade. Em Dezembro, houvera 14 prisões políticas; em Janeiro, 22; em Fevereiro, 27; em Março, 28; e em Abril, 18. Mas em Maio houve 106; em Junho, 120; e em Julho, 118. A perseguição aos padres seguiu o mesmo padrão. Até Janeiro, o número de padres detidos tanto pelas autoridades legais como pelos carbonários não ultrapassou o inevitável. No entanto, em Fevereiro, só os carbonários prenderam 21 padres; em Março, 42; em Abril, 14; em Maio, 37; em Junho, 32; e em Julho, 22.

Os presos eram geralmente acusados de conspirar ou de espalhar
 boatos, o que quase sempre queria dizer que por um motivo ou por outro,

não necessariamente de carácter político, tinham desagradado aos activistas do Partido. Contudo, algumas vezes os carbonários acusavam as suas vítimas de crimes específicos. O mais grave e também o mais comum consistia em entregar cartas de Couceiro a oficiais do Exército ou a monárquicos conhecidos e tentar aliciar homens para os bandos emigrados da Galiza (regra geral camponeses, antigos «municipais», soldados e polícias). Esta última actividade podia ainda ser acompanhada por ofertas de dinheiro; e o dinheiro podia por sua vez pertencer a padres: uma dupla agravante. Delitos com outra imaginação incluíam uma tentativa de descarrilar o *Sud* e ataques a delegados do Partido em missão na província. Mas gente prosaicamente acusada de «difamar a República» e de «insultar o Doutor Afonso Costa» continuou a ser caçada com incansável paciência. Os que não falavam muito, nem muito alto atraíam a atenção dos carbonários simplesmente porque eram monárquicos ou, como se dizia, porque estavam possuídos por «clericalismo ou monomania religiosa». Vários infelizes sem dúvida atacados por esta «monomania» foram presos pelos «tresloucados» actos de distribuir folhetos da Acção Católica; participar em procissões; ou, como aconteceu a um grupo de Santarém, de passear na rua atrás do padre aos gritos de «Viva a Santa Religião». Uns tantos cidadãos meteram-se em sarilhos por motivos imprevisíveis: um porque os activistas queriam saber, ao certo, ao certo, o que é que ele «tinha ido fazer a Tuy»; outro porque se «recusou» a explicar aos carbonários o sentido oculto de uma «carta cifrada»; um aristocrata da Granja porque era proprietário de um barco azul e branco. Além disso, os militantes também encarceraram um número considerável de grevistas, dirigentes sindicais e trabalhadores «anarquistas». Dos 170 padres detidos, a maioria havia sido acusada de crimes semelhantes aos dos «talassas» vulgares; outros, porém, sobretudo depois de 24 de Abril, tinham de facto desobedecido às leis da República.

Quase todos estes seiscentos supostos inimigos da República foram descobertos, perseguidos e apanhados pelos carbonários. Amadores anónimos (quase sempre carteiros e criadas) denunciaram uma mão-cheia e a polícia regular encarregou-se de duas ou três dezenas. Os carbonários agiam à mais leve suspeita. Em Julho, prenderam um civil e um sargento, porque tendo o civil visitado o sargento naturalmente se presumiu que pretendia recrutá-lo para as «criminosas hostes» de Couceiro. Só depois com espanto se descobriu que o civil era médico e que frequentava a casa do sargento com o estranho propósito de lhe tratar a «filhinha», não com o objectivo por assim dizer mais normal, de «aliciar soldados». Porém, de nada valia protestar inocência. Em Beja, por exemplo, os militantes não acreditaram nas veementes juras de três possíveis «conspiradores», pela razão incontestável de que «o seu ódio à República era manifesto».

A maior parte das perseguições ocorreu nas grandes cidades: Lisboa, Porto e Coimbra. Mas as províncias também não escaparam à vigilância dos activistas. Onde não existiam carbonários, importaram-se de Lisboa, a expensas do Governo e em nome da necessária construção da democracia. Em Maio e Junho, por exemplo, Luz de Almeida conduziu um exército de carbonários (dizia-se que cerca de 5000) para o Minho, Douro e Trás-os-Montes, onde se dedicaram a espancar padres, guerrear caciques e, de maneira geral, aterrorizar as populações locais. Passado pouco tempo, o correspondente do *Mundo* em Arcos de Valdevez já escrevia com natural orgulho que os nativos se apresentavam numa «atitude de máxima humil-

dade e cheios de medo»: um juízo alegremente confirmado por muitos outros observadores.

Os moderados pouco podiam fazer para pôr termo a estas entusiásticas actividades. Por um lado, a sua influência no país e no Partido diminuíra drasticamente. Por outro, os perigos que o regime agora enfrentava eram reais (embora as conspirações constantemente descobertas pelos activistas o não fossem). Tornou-se, portanto, possível argumentar, sem excessiva desonestidade, que a saúde e sobrevivência da «Pátria» dependiam das purgas carbonárias. Mesmo assim, em Maio, Bernardino Machado, que ainda não se convertera a «Presidente» dos radicais, enviou uma circular a todos os Procuradores da República em que se declarava que «nenhum cidadão, em nome das suas apreensões pelo bem e salvação do regime», se devia «arvorar em juiz e executor da lei e tomar a justiça nas suas próprias mãos». «É necessário», continuava Bernardino, «que as perseguições não comecem, porque de outro modo podem começar com uma aparência de (razão), invocando a defesa da República..., mas ninguém pode prever onde acabarão». Estas palavras escritas pouco antes do terror dominar o país inteiro, foram nos meses seguintes inutilmente repetidas em todos os tons por todos os políticos moderados.

Mas, como era de prever, *O Mundo* apressou-se a defender os carbonários e a cobri-los do seu imenso prestígio. Em Maio, França Borges proclamou que se não devia «magoar» os «democratas» que lutavam «por amor», mesmo se ocasionalmente «cometessem excessos». «Repudiar os seus serviços», preveniu ameaçadoramente, «seria um erro grave». Na opinião do *Mundo*, os carbonários tinham, pelo contrário, direito ao «apoio moral» dos verdadeiros republicanos, porque sem eles o regime não conseguiria sobreviver. Mais ainda: «as manobras monárquicas» haviam chegado «tão longe», apenas porque o Governo fizera ouvidos de mercador «às indicações [isto é, às denúncias] dos zeladores oficiosos e amadores».

Apoiados por esta espécie de elogios, garantidos pelo aval político da esquerda jacobina e cada dia mais justificados pelas absurdas actividades de Couceiro na Galiza, os carbonários puderam prosseguir em paz as suas tarefas. Impotente para os esmagar, o partido moderado tentou em vez disso limitar e minimizar os efeitos da violência. António José d'Almeida demitiu umas tantas autoridades por colaborarem com os militantes e mandou a Polícia soltar a maioria das pessoas presas por civis. Esta atitude pôs a facção radical em transe de fúria. *O Mundo* atacou «a complacência», «a generosidade deslocada», «a criminosa benevolência» do ministro. António José d'Almeida respondeu que nem a lei, nem as suas convicções, nem o programa do Partido lhe permitiam manter na cadeia gente sem culpa formada.

A posição dos moderados parecia inatacável, mas não tardou que sofresse um rude abalo. Aconteceu, na verdade, que um dos supostos conspiradores caçados pelos carbonários e subsequentemente libertados pela Polícia, o conde de Penella, acabou por se revelar um autêntico «mariola», que, posto na rua, logo apareceu na Galiza, no estado-maior de Couceiro. De nada serviu a António José d'Almeida explicar que ao tempo da prisão de Penella não existia prova das suas intenções. A questão era mais funda. De facto, se os moderados não queriam que ninguém fosse condenado por «suposições», os radicais argumentavam que, nas circunstâncias, a «convicção moral de culpa» bastava para legitimar as mais severas medidas e agora o caso Penella dava-lhes um poderoso argumento emocional. Numa devas-

tadora inversão do princípio clássico, *O Mundo* não hesitou em proclamar que ninguém devia ser solto, se não conseguisse «manifestar cabalmente a sua inocência».

Enquanto França Borges se encarregava da incondicional apologia do terror, na Assembleia Constituinte, um grupo de deputados radicais trabalhava para institucionalizá-lo. Em Junho, Álvaro de Castro propôs a criação do que, em última análise, equivalia a um tribunal especial, para julgar «conspiradores» e outros delinquentes políticos. A proposta provocou a indignação da direita. António Granjo, por exemplo, declarou-a «perfeitamente czarista». Mas Álvaro de Castro não se deixou impressionar. Num discurso desabrido sustentou a necessidade de repressão e avisou «aqueles que não se sentiam com forças» para tão meritória tarefa que era melhor «retirarem-se».

À medida em que o terror crescia e que, na Galiza, Couceiro pacientemente juntava o seu pretenso exército, a atmosfera de guerra civil tornava-se mais densa. Para reforçar o processo — e também para contribuir com a sua modesta ajuda pessoal para a causa jacobina — o coronel Correia Barreto mobilizou as reservas. Esta precaução completamente inútil desencadeou uma formidável vaga de histeria republicana. Manifestações, paradas e purgas seguiram-se sem interrupção pelo país inteiro. Gente séria pretendeu marchar para a fronteira; empresas e particulares ofereceram somas substanciais para ajudar a financiar o esforço de guerra; e até algumas senhoras democráticas sacrificaram as jóias, como se dizia em metáfora suspeitamente clerical, «no altar da Pátria». Sem surpresa, os batalhões de voluntários e dezenas de outras associações de terroristas puseram os seus valiosos serviços à disposição do regime e, enquanto esperavam por resposta, redobraram de energia contra os «inimigos da retaguarda». Inevitavelmente, após um mês de ociosidade no norte, que custou rios de dinheiro ao arruinado Estado português, os reservistas foram recambiados para casa. No entanto, este «plebiscito», como o chefe de gabinete de Correia Barreto, o major «revolucionário» Pereira Bastos, achou por bem chamar-lhe, serviu os seus fins com eficácia. Parecendo estabelecer, de maneira particularmente dramática, que a República corria perigo mortal, sancionou o terror e também as medidas de excepção que dali em diante os radicais entenderam tomar. Secundariamente, a mobilização ajudou igualmente a manter os moderados em respeito. Na verdade, em Junho, António José d'Almeida lançara novo contra-ataque à ala jacobina. Em discursos, editoriais e comícios pedira «paz», «harmonia» e «conciliação nacional». Cansadas de agitação, assustadas, perto do desespero, as classes médias recomeçaram a ouvi-lo. Porém, a mobilização das reservas, a marcha para a fronteira e a subsequente demagogia não criaram um ambiente propício a que se falasse de «paz, harmonia e conciliação». Em vão, António José d'Almeida se esforçou por convencer o Partido e a opinião republicana de que o regime não estava seriamente ameaçado, mas, mesmo que o estivesse, os efectivos normais do Exército, a Polícia e a Guarda Republicana chegariam e sobrariam para enfrentar simultaneamente o bando de Couceiro e as conspirações internas, presumindo (e era presumir muito) que elas existiam. Contra o facto da mobilização, as palavras de pouco valiam.

Tornou-se, assim, evidente que enquanto os moderados não criticassem com toda a clareza a política de Afonso Costa e com toda a clareza se não separassem dos radicais no Governo Provisório, seriam sempre

manobrados para posições de fraqueza. A única táctica possível residia em aceitar a realidade da «guerra civil», dos «perigos» e das «conspirações», mas atribuí-los à estratégia provocatória de Afonso Costa e, sobretudo, à Lei de Separação. Em Julho, o veterano Eduardo de Abreu e o governador civil de Vila Real de Trás-os-Montes, João de Freitas, lançaram a primeira ofensiva contra a «Intangível». Num discurso apaixonado à Constituinte, João de Freitas acusou a lei de constituir a verdadeira causa da «revolta» larvar do norte e de outras «recentes dificuldades» da República. Gritando para se fazer ouvir sobre o tumulto da esquerda, acabou a requerer a sua rápida revisão. Uma semana depois, Afonso Costa respondeu. Para começar, a responsabilidade da «revolta» do norte não cabia à Lei de Separação, cabia aos «maus» e ambiciosos governadores civis como João de Freitas. Em segundo lugar, a Lei de Separação constituía «uma conquista da nação»: nem mais nem menos do que «uma relíquia» (sic). Daqui logicamente resultava que «a opinião pública nunca aceitaria um compromisso nesse ponto» e «não admitiria que lhe tocassem». Pior ainda, avisou por fim Afonso Costa brandindo o espectro dos carbonários: «a sua simples discussão» provocava «a ira do povo».

Este sereno, honesto e construtivo debate não levou naturalmente a parte nenhuma, mas serviu para mostrar a existência de dois grupos antagónicos na Assembleia e no Governo e, assim, para destruir o mito, até ali cuidadosamente preservado para consumo popular, da unidade do regime. Porém, só por si, isto beneficiou os moderados a quem convinha trazer as divisões à superfície para não continuarem identificados ao extremismo jacobino da «ditadura». De resto, se não sabiam exactamente com quantos votos poderiam contar no futuro Parlamento, porque muitos deputados reservavam prudentemente a sua posição, calculavam que um ministério homogéneo com um programa coerente também só os viria favorecer. Se fosse um ministério moderado. ficariam em melhor posição para meter os carbonários na ordem e liquidar o terror. Se fosse um ministério Afonso Costa, desembaraçados dos limites da unidade, teriam, pelo menos, o campo livre para o tentar derrubar. Por estas razões, António José d'Almeida depôs as suas esperanças na prova de força que inevitavelmente se seguiria à votação da Constituição.

8. A votação da Constituição, a eleição do Presidente e a inviabilidade da República «moderada»

Contudo, a votação da Constituição não deixou de provocar novos problemas. Em Maio, invocando o programa de 1891, a facção mais radical do Partido exigiu um sistema unicamaral, sem Presidente e sem Senado, ao passo que a maioria dos dirigentes «respeitáveis» eram pelo clássico modelo da III República francesa. Os militantes ultra-jacobinos mostraram desde logo que não estavam dispostos à conciliação. A partir do princípio de Junho, organizaram uma série de comícios contra o projecto em discussão no Parlamento (uma má cópia da Constituição de 1822 e da Constituição brasileira de 1891). Em Lisboa, a campanha foi conduzida por um grupo chamado Assembleia Nacional de Vigilância Social, que se distinguiu pela particular violência das suas declarações, mas de modo algum se limitou a núcleos extra-partidários. Muitas comissões paroquiais do P. R. P. e até vários batalhões de voluntários (sem falar em centenas de

activistas) publicamente desaprovaram a linha oficial. Em Alcântara, por exemplo, o bairro revolucionário por excelência, fez-se um referendo sobre a questão, que deu 823 votos contra e 103 a favor da Presidência e do Senado. A campanha culminou, em 2 de Agosto, com uma manifestação em S. Bento, a primeira contra um governo republicano. Durante longas horas, a multidão cercou os seus representantes dentro do palácio, vaiou os ministros e deputados que pretenderam «serená-la» e, no fim, pareceu mesmo disposta a invadir o edifício. Aqui, naturalmente, interveio a Guarda Republicana e o dia acabou numa batalha campal.

Os extremistas opunham-se à Presidência e ao Senado porque ambas as instituições simbolizavam a supremacia política da classe média. Segundo pensavam, o Presidente não tardaria a transformar-se num «tirano» ou num «ditador» (em tudo semelhante ao Rei) ou, pelo menos, no escravo obediente dos «mandarins» do Partido, reunidos no Senado. Precisamente pelas mesmas razões, os constituintes, que, com raras excepções, pertenciam à classe média, não cederam às exigências dos militantes: a 3 de Agosto criaram o Senado e a 4 a Presidência. Nisto os moderados foram apenas coerentes. Contudo, o voto dos radicais tinha outro mais profundo significado. Na verdade, marcava o limite da sua tolerância ao poder e iniciativa da base. Ou seja, claramente indicava que a sua proeminência não devia ser contestada. Para que não restassem dúvidas, Afonso Costa tratou os manifestantes de 2 de Agosto com propositada brutalidade. De 56 presos, processou 18. A todos *O Mundo* acusou de se deixarem manobrar por «agitadores monárquicos» e cobriu de insultos. Não se consentiriam mártires ultra-radicais.

Mas não só a extrema-esquerda tentou cristalizar o seu poder em formas institucionais. Também a extrema-direita quis que a Constituição permanentemente servisse os seus objectivos estratégicos. Assim, propôs que, como ao Rei, ao Presidente se concedesse a faculdade de dissolver o Parlamento. A ser aprovada, esta solução haveria transferido todo o poder do Partido para um pequeno círculo de notáveis à roda do Presidente. Nomeados por este para o governo, como acontecera com os chefes monárquicos, não teriam depois qualquer dificuldade em «fazer» e «desfazer» Parlamentos. Sem surpresa, os radicais atacaram a «dissolução» com todas as suas forças: e, depois de uma luta renhida, a Constituinte rejeitou o projecto por duas dúzias de votos.

Na sua forma definitiva a Constituição era o instrumento perfeito do partido jacobino. Protegia-o da extrema-esquerda, sem o entregar nas mãos da direita. Caso conseguisse — como conseguiu — apoderar-se do P. R. P. e do Estado, não ficavam à oposição — como não ficaram — quaisquer meios legais para aceder ao governo. Mas, evidentemente, continuavam a existir meios ilegais. Exactamente porque a Constituição não passava da arma demasiado eficiente de um partido, canalizou toda a oposição para a rebelião armada e as revoltas, de facto, sucederam-se.

Entretanto, o voto de 4 de Agosto lançara a campanha para a Presidência. Após uma certa confusão inicial, a competição reduziu-se a dois únicos candidatos. Manuel Arriaga pelos moderados e Bernardino Machado pelos radicais. Ambos se definiram pela sua atitude perante a Lei de Separação. Cautelosamente, Arriaga declarou que ela tinha «uma ou outra indelicadeza», «um ou outro ponto áspero», que podiam muito bem

ser eliminados sem lhe mudar «a estrutura». No entanto, apesar de tão discretas palavras, ninguém se enganou: Arriaga era «pela conciliação nacional», pela legalidade, pela ordem nas ruas. Para Bernardino, ao contrário, tocar na «Intangível» não passava de «uma capitulação». Seguia-se logicamente que Bernardino advogava um «contacto constante» entre o governo e «as organizações populares» e achava que estas últimas deviam estar «à frente» da luta contra os inimigos da República. Em concreto, Bernardino prometeu tentar tudo para manter o P. R. P. unido (uma política primeiro formulada por Afonso Costa, que em nada favorecia os moderados) e anunciou que o mesmo Afonso Costa seria encarregado de formar Governo.

Bernardino propunha um programa mais completo e mais positivo do que Arriaga. Mas isso não o beneficiou, porque afastou aqueles que, sem gostarem de Arriaga, ainda gostavam menos dos radicais. E, infelizmente para Bernardino, estes eram muitos; antigos dirigentes da Carbonária (como Malva do Valle, António Maria da Silva e Machado Santos) que não perdoavam a destruição da «Sociedade» e a sua substituição pelos bandos terroristas que a batuta do *Mundo* dirigia; deputados da província a quem a política religiosa de Afonso Costa justamente assustava; representantes das profissões liberais e outros ilustres membros da *inteligência,* que desaprovaram o ênfase na fidelidade política como critério de selecção de funcionários públicos; veteranos do Partido (como José Nunes e Eduardo de Abreu), que, educados no genuíno liberalismo da Monarquia, condenavam a intolerância e o terror; e também uma considerável quantidade de «adesivos» novos e velhos. Toda esta gente odiava o partido de Afonso Costa, a sua vociferante imprensa, os seus métodos brutais, o seu fanatismo. A eleição de Bernardino poderia a curto prazo marginalizar os moderados e expulsá-los dos centros de decisão política. Havia mesmo quem sinceramente acreditasse que da parelha Bernardino a Presidente e Afonso Costa a Primeiro Ministro resultaria uma «ditadura» ou, como Machado Santos previu, com espantosa clarividência, uma «guerra civil». Os moderados pretendiam, portanto, um Presidente em quem tivessem confiança para defender a Constituição e proteger as liberdades públicas: ou seja, um Presidente que fosse um sólido obstáculo ao crescente poder dos carbonários e às ambições do grupo radical. Formou-se, assim, um «Bloco» dos inimigos de Afonso Costa, chefiado por António José d'Almeida e Camacho, a que *O Mundo* chamou, com retórico rigor, «uma coligação de ódios»: e a 24 de Agosto, sem grande dificuldades, esse «Bloco» derrotou Bernardino por 121 votos contra 86.

A luta para a Presidência teve, no entanto, duas desastrosas consequências. Em primeiro lugar, Arriaga entrou em Belém não como Presidente da República, mas como «chefe carnal» do «Bloco». Nestas condições, desde o princípio que as suas acções foram suspeitas de parcialidade e a sua autoridade gravemente afectada. Em segundo lugar, apesar da derrota de Bernardino, os radicais continuaram a ser a única facção forte e coerente do regime e, durante os anos seguintes, conseguiam impedir que os governos que não dominavam completamente se aguentassem no balanço da agitação terrorista mais do que uns breves e atribulados meses. Isto fez com que a máquina constitucional da República nunca trabalhasse em

circunstâncias favoráveis e, assim, nunca viesse a merecer o respeito dos políticos e da nação. Por fim, Arriaga era a última pessoa que poderia ter salvo a situação à força do seu prestígio e capacidade. Em nenhum momento da sua longa vida excedera (ou haveria de exceder) uma mediocridade honesta. A seu favor contava-se apenas um passado de pioneiro, assaz diletante, e quase quatro décadas de fiel serviço ao Partido. Mas agora estava velho e cansado e a cada passo mostrava que não percebia nem se adaptava às duras realidades do mundo republicano. Sobrevivente de mais simples e tranquilos tempos, autor de um livro chamado «Harmonias Sociais», entrou para a Presidência em estado de inocência política e saiu para morrer, deixando atrás de si só desilusões e ruínas.